



FERREIRA

INTERCULTURAL

PLANO MUNICIPAL PARA A
INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Ficha técnica

Título: Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo

Conceção: ESDIME

Propriedade: Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

Período de vigência: 2020-2022

Fundo cofinanciador: Fundo para o Asilo, Migrações e Integração (FAMI)

Entidade promotora: Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

Ferreira do Alentejo, maio de 2020

Nota de abertura

Tem mais de 20 anos a decisão de viabilizar Alqueva e de fazer chegar aos nossos campos, de forma permanente, a água para rega. O projeto, que se concluiu mais rapidamente que o programado, tem tido nesta região e no nosso concelho em particular, um impacto muito evidente. Desde logo na economia, fortemente impulsionada pelos relevantes investimentos privados, realizados nos setores agrícola e agroindustrial. Mas também no ambiente e na dinâmica social.

A nova realidade económica determinou uma necessidade crescente de mão de obra para trabalhar nas atividades agrícolas. É hoje evidente, para todos, que só com população proveniente de outros países será possível responder às solicitações das empresas e da nossa economia.

Na última década, o número de estrangeiros com estatuto legal de residente triplicou, perspetivando-se que este aumento não fique por aqui. Temos hoje a viver connosco pessoas oriundas das mais diversas origens, desde o Leste da Europa à Ásia, de África à América do Sul, com línguas e culturas diferentes.

Teremos que ter a capacidade, enquanto comunidade, de promover políticas adequadas, que promovam uma boa integração social daqueles que, com as suas famílias, pretendem partilhar o dia a dia entre nós.

O plano a que este documento dá corpo, é a primeira pedra desse empreendimento complexo mas inevitável. A sua elaboração envolveu a participação empenhada de diversas entidades, públicas e privadas, que estão presentes no nosso concelho. Mas também de representantes das diversas comunidades migrantes.

Nesse sentido, muito mais que um plano do Município, representa um caminho que o conjunto das entidades, com o envolvimento dos migrantes, querem percorrer juntos, para afirmar Ferreira como um concelho intercultural.

O Vereador

José Valente Rocha Guerra

Índice

1. Enquadramento.....	14
1.1. Objetivos.....	15
1.2. Público-alvo.....	16
1.3. Metodologia.....	17
1.4. Validação e aprovação.....	32
1.5. Estrutura.....	32
1.6. Limitações e constrangimentos à elaboração do PMIM.....	33
2. Diagnóstico Local.....	35
2.1. Tendências demográficas e fluxos migratórios.....	36
2.2. Caracterização da população migrante residente no concelho.....	40
2.2.1. Demografia.....	40
2.2.2. Nível de ensino e domínio da Língua Portuguesa.....	44
2.2.3. Meio de vida e mercado de trabalho.....	46
2.2.4. Condições de habitabilidade.....	50
2.2.5. Trajetória.....	55
2.2.6. Redes relacionais e participação cívica.....	59
2.2.9. Perceção sobre discriminação e racismo.....	65
2.2.10. Relação com o país de origem.....	67
2.2.11. Perspetivas de futuro.....	68
2.3. Recenseamento de problemas, necessidades e recursos disponíveis por área de intervenção.....	69
2.3.1. Serviços de acolhimento e integração.....	69
2.3.2. Urbanismo e habitação.....	70
2.3.3. Mercado de trabalho e empreendedorismo.....	71

2.3.4.	Educação e língua	73
2.3.5.	Capacitação e formação	73
2.3.6.	Cultura	74
2.3.7.	Saúde	75
2.3.8.	Solidariedade e resposta social	75
2.3.9.	Cidadania e participação cívica	76
2.3.10.	Media e sensibilização da opinião pública	77
2.3.11.	Racismo e discriminação	77
2.3.12.	Reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas.....	78
2.3.13.	Relações internacionais	78
2.3.14.	Religião	79
2.3.15.	Igualdade de género	80
3.	Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo	81
3.1.	Dimensão estratégica	81
3.2.	Dimensão operacional	84
3.2.1.	Serviços de acolhimento e integração	85
3.2.2.	Urbanismo e habitação	87
3.2.3.	Mercado de trabalho e empreendedorismo.....	88
3.2.4.	Educação e língua	89
3.2.5.	Capacitação e formação	90
3.2.6.	Cultura	91
3.2.7.	Saúde	92
3.2.8.	Solidariedade e resposta social	93
3.2.9.	Cidadania e participação cívica	94
3.2.10.	Media e sensibilização da opinião pública	95

3.2.11. Racismo e discriminação	96
3.2.12. Relações internacionais	97
3.2.13. Religião	98
3.2.14. Igualdade de género	99
3.2.15. Mobilidade.....	100
3.3. Monitorização e avaliação	101
3.4. Acompanhamento e modelo de governação	101
4. Glossário	103
5. Bibliografia.....	115
Anexos	117
Anexo I	118
Anexo II	137

Índice de figuras

Figura 1. Workshop participativo inicial da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização.....	19
Figura 2 - Workshop participativo com a comunidade asiática.....	23
Figura 3 - Resultados do workshop participativo com a comunidade asiática.....	23
Figura 4 - Workshop participativo com a comunidade venezuelana.....	24
Figura 5 - Resultados do workshop participativo com a comunidade venezuelana	25
Figura 6 - Workshops participativos com as comunidades africana e paquistanesa	25
Figura 7 - Resultados do workshop participativo com a comunidade africana	26
Figura 8 - Resultados do workshop participativo com a comunidade paquistanesa	26
Figura 9 - Workshop participativo com a Plataforma de acompanhamento e monitorização do PMIM.....	28
Figura 10 – Resultados do workshop participativo com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM.....	30
Figura 11 - Reunião para definição e aprovação das dimensões estratégica e operacional do PMIM	30
Figura 12 - Reunião para discussão e aprovação do PMIM com representantes das comunidades venezuelana e africana	31
Figura 13 - Reunião de CLAS com apresentação e aprovação do PMIM	31

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em número de habitantes, entre 2011 e 2018	36
Gráfico 2 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em número de habitantes, total e por sexo, entre 2011 e 2018	37
Gráfico 3 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em percentagem, total e por sexo, entre 2011 e 2018	37
Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente por percentagem da população residente, em 2018.....	38
Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidade, em 2008 e em 2018.....	39
Gráfico 6 - Percentagem de nados-vivos com mãe estrangeira, em 2019	40

Índice de tabelas

Tabela 1 – País de origem da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	41
Tabela 2 - Estrutura etária da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	42
Tabela 3 - Estado civil da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	43
Tabela 4 - Ano de chegada a Portugal da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	43
Tabela 5 - Nível de ensino mais elevado concluído pela população migrante inquirida e membros da família coabitante maiores de 15 anos, total e por sexo, em número e percentagem.....	44
Tabela 6 - Nível de conhecimento da Língua Portuguesa da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem.....	45
Tabela 7 - Frequência de curso de língua portuguesa pela população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	46
Tabela 8 - Principal meio de vida da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	47
Tabela 9 - Situação perante a atividade económica da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem.....	47
Tabela 10 - Regime de trabalho da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	48
Tabela 11 - Situação na profissão da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem	49
Tabela 12 - Forma de obtenção do atual emprego, por parte da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	50

Tabela 13 - Número de residentes da habitação da população migrante inquirida que não reside com o agregado familiar, total e por sexo, em número e percentagem	51
Tabela 14 - Tipo de habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	52
Tabela 15 - Nº de divisões da habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	52
Tabela 16 - Condições de alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	53
Tabela 17 - Equipamentos domésticos de que dispõe a população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem.....	54
Tabela 18 - Situação face à habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem.....	55
Tabela 19 - Principal motivo da população migrante inquirida para ter escolhido Portugal como local de residência, total e por sexo, em número e percentagem	56
Tabela 20 - Principal motivo da população migrante inquirida para ter deixado o país de origem, total e por sexo, em número e percentagem	56
Tabela 21 - Forma de migração utilizada pela população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	57
Tabela 22 - Documentos utilizados pela população migrante inquirida para entrar em Portugal, total e por sexo, em número e percentagem	58
Tabela 23 - Situação legal da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem.....	58
Tabela 24 - Língua utilizada na habitação ou alojamento pela população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	59
Tabela 25 - Religião da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem.....	60
Tabela 26 - Pessoa ou entidade a que a população migrante inquirida recorreria em caso de emergência, total e por sexo, em número e percentagem	61

Tabela 27 - Práticas de associativismo da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	61
Tabela 28 - Nível de integração da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem.....	64
Tabela 29 - Serviços a que a população migrante inquirida já recorreu, total e por sexo, em número e percentagem.....	65
Tabela 30 - Situações em que as pessoas migrantes inquiridas foram alvo de discriminação ou racismo, total e por sexo, em número e percentagem	66
Tabela 31 - Perceção sobre a existência de discriminação em Portugal, total e por sexo, em número e percentagem.....	67
Tabela 32 - Familiares dependentes nos países de origem da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	67
Tabela 33 - Pretensão da população migrante inquirida de residir noutro país, total e por sexo, em número e percentagem	68
Tabela 34 - Pretensão de comprar casa em Portugal por parte da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem	68
Tabela 35 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Serviços de acolhimento e integração"	70
Tabela 36 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Urbanismo e habitação"	71
Tabela 37 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Mercado de trabalho e empreendedorismo"	72
Tabela 38 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Educação e língua"	73
Tabela 39 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Capacitação e formação"	74
Tabela 40 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Cultura"	75

Tabela 41 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Saúde"	75
Tabela 42 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Solidariedade e resposta social"	76
Tabela 43 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Cidadania e participação cívica"	77
Tabela 44 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Media e sensibilização da opinião pública"	77
Tabela 45 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Racismo e discriminação"	78
Tabela 46 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Relações internacionais"	79
Tabela 47 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Religião"	79
Tabela 48 - Tabela-resumo da Dimensão Estratégica	84
Tabela 49 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Serviços de acolhimento e integração"	86
Tabela 50 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Urbanismo e habitação"	87
Tabela 51 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Mercado de trabalho e empreendedorismo"	88
Tabela 52 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Educação e Língua"	89
Tabela 53 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Capacitação e formação"	90
Tabela 54 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Cultura"	91

Tabela 55 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Saúde"	92
Tabela 56 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Solidariedade e resposta social"	93
Tabela 57 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Cidadania e participação cívica"	94
Tabela 58 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Media e sensibilização da opinião pública"	95
Tabela 59 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Racismo e discriminação"	96
Tabela 60 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Relações internacionais"	97
Tabela 61 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Religião"	98
Tabela 62 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Igualdade de género"	99
Tabela 63 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Mobilidade"	100

Lista de acrónimos

- ACM** Alto Comissariado para as Migrações
- ACT** Autoridade para as Condições do Trabalho
- ADTR** Associação de Desenvolvimento Terras do Regadio
- ALCC** Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania
- CLAIM** Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CLAS** Conselho Local de Ação Social
- DLBC** Desenvolvimento Local de Base Comunitária
- FAMI** Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- GIP** Gabinete de Inserção Profissional
- GNR** Guarda Nacional Republicana
- IEFP** Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IMAD** Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- NPT** Nacional de País Terceiro
- PAIC** Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
- PMIM** Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- PSP** Polícia de Segurança Pública
- SEF** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- USLBA** Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo

1. Enquadramento

Ferreira do Alentejo tem assistido, nos últimos anos, a um exponencial crescimento da população migrante, que chega ao concelho atraída maioritariamente pela necessidade de mão de obra das explorações agrícolas. Ainda que recente, o fenómeno tem contribuído positivamente para a redução do défice demográfico e do índice de envelhecimento populacional registado nas últimas décadas. O seu profundo impacto nas dinâmicas locais tem, contudo, gerado um conjunto de novas problemáticas a que se torna necessário dar resposta.

Confrontado com esta realidade, o município identificou a promoção da interculturalidade e a integração das novas comunidades migrantes como prioridades estratégicas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, aprovado em 2019, encarando a adequada gestão dos fluxos migratórios como um importante contributo para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais do concelho.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) surge na sequência da candidatura apresentada ao Aviso 65/FAMI/2019 do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e constitui-se como um documento de política e gestão que incorpora as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam, a nível local, na área das migrações e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração das comunidades migrantes na sociedade portuguesa.

Aprovada pelo projeto PT/2019/FAMI/444, a candidatura concorre para a execução do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração legal e do Objetivo Nacional 2 – Integração, do FAMI, que têm como prioridades “assegurar o envolvimento de atores locais, públicos e privados, na definição, execução, monitorização e avaliação de planos locais para as migrações, procurando assegurar medidas que promovam a integração multinível dos atuais e novos NPT (Nacionais de Países Terceiros)” e “desenvolver medidas de capacitação das estruturas e dos seus profissionais, promovendo a melhoria contínua dos procedimentos e das respostas implementadas, a formação de profissionais e a validação e disseminação de novos recursos/instrumentos de apoio e de boas práticas” (ACM, 2019).

A execução do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo é complementar ao financiamento do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), aprovado pelo FAMI, e promovido pela Cáritas Diocesana de Beja, e do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), aprovado pelo Alentejo 2020.

Resultando do reconhecimento de que a integração ocorre localmente, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo surge enquadrado na Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros, que recomenda aos Estados-membros a promoção de mais políticas de integração a nível local, que melhorem a cooperação entre os diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e fomentem a monitorização dos serviços e das políticas desenvolvidas nesses níveis, sinalizando boas práticas (ACM & Logframe, 2015).

A sua conceção enquadra-se ainda no Eixo 1 – Políticas de Integração de Migrantes do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, correspondendo à execução da medida 1, direcionada para “a definição de estratégias locais que garantam uma ação concertada das diversas entidades envolvidas na área das migrações, visando a promoção e captação, bem como a integração dos migrantes” (Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015, 2015).

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes é coordenado pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, encontrando-se concebido para um universo temporal de 30 meses, com data de conclusão prevista para 29 de abril de 2022.

Dotado de inúmeras potencialidades, o PMIM constitui a primeira oportunidade de atuação concertada no âmbito do fenómeno migratório, que conta com o envolvimento de entidades da Rede Social e de entidades públicas e privadas que intervêm no domínio das migrações.

1.1. Objetivos

Enquanto instrumento de política e gestão que contribua para a construção de níveis superiores de integração das comunidades migrantes e promova uma efetiva mudança social, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo tem

como objetivo geral promover o acolhimento e a integração de Nacionais de Países Terceiros, a nível local, numa atuação concertada entre os agentes do território, no sentido de assegurar estratégias que garantam a crescente autonomização e a igualdade de oportunidades das cidadãs e dos cidadãos migrantes.

Os objetivos específicos são:

- Definir e implementar políticas de base local para a integração das comunidades migrantes no território;
- Reforçar o planeamento estratégico e potenciar o trabalho em rede, tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre migrantes e sociedade de acolhimento;
- Reforçar a rede de respostas locais dedicadas ao acolhimento e à integração de migrantes;
- Capacitar estruturas e profissionais, promovendo a melhoria das respostas existentes;
- Criar mecanismos que permitam reduzir os efeitos da sazonalidade da atividade agrícola, combatendo a migração flutuante e fomentando a fixação de migrantes no concelho;
- Reforçar relações de convivência intercultural;
- Reforçar a perspetiva de integração de migrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas.

1.2. Público-alvo

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo tem como público-alvo prioritário Nacionais de Países Terceiros (NPT), ou seja, cidadãs e cidadãos não naturais da União Europeia, incluindo-se nesta referência apátridas e pessoas de nacionalidade indefinida.

Porém, o PMIM destina-se igualmente às restantes comunidades migrantes, à sociedade de acolhimento, às equipas técnicas, dirigentes, decisoras e decisores políticos e às instituições, num esforço que se pretende coletivo e concertado para um eficaz processo de integração.

1.3. Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo seguiu as orientações do Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (ACM & Logframe, 2015), adotando uma abordagem bottom-up e estruturando-se em cinco grandes fases que integram os processos:

- i) Participativo;
- ii) Diagnóstico;
- iii) Planeamento;
- iv) Monitorização e avaliação;
- v) Validação e aprovação.

Os pressupostos do Plano Municipal para a Integração de Migrantes ao nível do processo participativo implicou a mobilização para o debate e para a ação de um conjunto de atores setoriais e territoriais, que foram encarados não apenas como fontes de informação privilegiadas mas como membros ativos na construção de soluções.

Numa primeira fase, a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes arrancou com a identificação de um conjunto de stakeholders dentro da Rede Social de Ferreira do Alentejo, a que se associaram entidades públicas e privadas relevantes para a temática das migrações, tendo sido constituída uma Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, representativa das cidadãs e cidadãos do concelho e coordenada por decisoras e decisores políticos.

A estrutura funciona como órgão consultivo e de monitorização das políticas locais, sendo responsável pelo Plano desde a fase de conceção até à sua implementação e avaliação. Pretende-se que as entidades que a constituem sejam agentes efetivos para a mudança, na base de um processo de desenvolvimento comunitário.

A estrutura alargada é composta por:

- Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
- Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros
- Junta de Freguesia de Odivelas

- União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros
- União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda
- Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo
- Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania
- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
- Cáritas Diocesana de Beja
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Beja
- Centro Social e Paroquial de Odivelas
- ESDIME
- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Vale da Rosa
- Representantes das comunidades migrantes

Por decisão consensual, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, a Cáritas Diocesana de Beja e a ESDIME constituíram o núcleo duro da Plataforma, compondo a parceria-chave na dinamização do processo de conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

À Plataforma de Acompanhamento e Monitorização cabe:

- Participar na conceção, aprovar, monitorizar e avaliar o PMIM;
- Fazer propostas de alteração ao Plano;
- Tirar o melhor partido do fenómeno migratório para o desenvolvimento local da região;
- Discutir temas ligados à temática das migrações no local, em termos de acolhimento e integração;
- Garantir a participação das pessoas migrantes nas políticas locais a respeito das migrações, nas diferentes vertentes;
- Promover a articulação junto da parceria, incluindo administração (central e local), instituições, empresas, associações de migrantes, entre outras;

- Potenciar iniciativas facilitadoras da boa execução do Plano, nomeadamente através da mobilização das pessoas singulares e coletivas que sejam fundamentais para a sua concretização;
- Contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno migratório ao nível local;
- Assegurar uma melhor correspondência entre necessidades e oferta migratória;
- Contribuir para a divulgação do Plano, e da respetiva implementação, a nível local, seja junto da opinião pública, seja das equipas de profissionais das diferentes organizações públicas e privadas que, de forma direta ou indireta, desenvolvam competências em prol das migrações (ACM & Logframe, 2015).

Foi, nesse sentido, realizado a 07 de novembro de 2019 um workshop participativo inicial para apresentação do projeto e aprovação das metodologias a adotar para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo.

As entidades presentes aprovaram a realização de um workshop participativo final com a parceria e de diversos workshops e focus group com as comunidades migrantes, a realizar durante a fase de conceção do Plano.



Figura 1. Workshop participativo inicial da Plataforma de Acompanhamento e Monitorização

A dimensão de diagnóstico do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo incluiu, numa primeira fase, pesquisa e análise documental, com recurso a dados estatísticos disponíveis sobre o fenómeno da migração no concelho, nomeadamente através da Pordata, e, posteriormente, a realização de um estudo do território com aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade (IMAD), de uma grelha de identificação de stakeholders e do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013).

O preenchimento do IMAD foi efetuado pelo município de Ferreira do Alentejo e permitiu mapear os recursos e os serviços disponíveis no território, identificando as lacunas e servindo de base para a definição de estratégias de integração de migrantes.

A grelha de identificação de stakeholders foi enviada para as entidades que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e resultou na criação de uma Matriz de Análise de Stakeholders, com identificação das capacidades de atuação, competências, missões e visões das organizações envolvidas.

Com a aplicação do questionário às comunidades migrantes pretendeu-se caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural, identificando os seus contributos para as dinâmicas do território.

O processo implicou um primeiro contacto com uma das principais entidades empregadoras de migrantes, sendo identificadas figuras de referência junto dessas comunidades e, posteriormente, agendadas sessões por áreas de residência. Dada a complexidade dos questionários, optou-se por proceder ao preenchimento individualizado, associando-se à recolha de dados quantitativos a recolha qualitativa de informação.

Foi realizada a aplicação de um primeiro questionário a um migrante guineense, a 19 de janeiro de 2020, no âmbito de um atendimento realizado pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que permitiu aferir as dificuldades inerentes ao

processo e calendarizar as sessões em função do tempo necessário para o preenchimento.

Foram depois realizadas duas sessões, a 25 e 26 de janeiro, com a comunidade asiática residente nas imediações da empresa Vale da Rosa, tendo sido individualmente aplicados 22 questionários a migrantes indianos, paquistaneses e nepaleses.

A 26 de janeiro foi igualmente realizada uma sessão numa exploração agrícola nas imediações de Fortes, com aplicação do questionário a três migrantes oriundos do Senegal e a um da Guiné Conacri.

A 30 de janeiro foi realizada uma reunião com a equipa técnica responsável pela aplicação dos questionários às várias comunidades para uniformização de procedimentos e adaptação do formulário à realidade da população migrante residentes no concelho.

A 08 de fevereiro foi realizada uma sessão com a comunidade venezuelana residente em Alfundão, tendo sido preenchidos oito questionários, a que se juntou um nono, aplicado a um imigrante ucraniano que divide alojamento com aquela comunidade.

A sessão com a comunidade venezuelana residente em Ferreira do Alentejo decorreu a 09 de fevereiro, tendo resultado na aplicação de cinco questionários.

Posteriormente foram ainda aplicados dois questionários a migrantes senegaleses, seis a migrantes guineenses, dois a migrantes indianos, um a uma migrante brasileira e um a uma migrante moldava, num universo total de 53 pessoas migrantes inquiridas.

O processo de aplicação de questionários permitiu a identificação, junto das várias comunidades, de figuras de referência com competências de mobilização, que assumiram a função de interlocutoras e interlocutores para futuros contactos entre a equipa técnica responsável pela conceção do PMIM e a população migrante.

Ao preenchimento dos questionários do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” seguiu-se o agendamento de quatro workshops participativos para identificação das necessidades das diferentes comunidades e recolha de contributos para a definição e priorização de estratégias de

integração, numa abordagem participativa com envolvimento e responsabilização da população migrante na construção de soluções.

Em termos metodológicos optou-se pelo agendamento dos workshops em função do grupo étnico e do local de residência das comunidades migrantes, sendo estes conduzidos em Inglês para a comunidade asiática, em Português para a comunidade venezuelana e com recurso ao Crioulo e ao Francês para a comunidade africana. As sessões decorreram em horário noturno para assegurar a mobilização do maior número possível de migrantes residentes no concelho, tendo sido necessário o recurso a transporte do município no sentido de garantir a participação das comunidades venezuelana e africana residentes em Alfundão e em Figueira dos Cavaleiros.

Em termos de formato, os workshops incluíram uma apresentação prévia dos objetivos do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, sendo posteriormente distribuídas folhas de papel e canetas onde foram identificadas, individualmente por cada migrante, as principais problemáticas enfrentadas ao longo do processo de integração, sendo igualmente apontadas potenciais soluções para as mesmas.

Os contributos individuais foram depois recolhidos e debatidos em grupo, com priorização das problemáticas identificadas e das soluções apontadas.

O primeiro workshop participativo decorreu a 26 de fevereiro, no alojamento coletivo de trabalhadores da empresa Vale da Rosa, e destinou-se à comunidade asiática, tendo contado com 16 participantes.





Figura 2 - Workshop participativo com a comunidade asiática

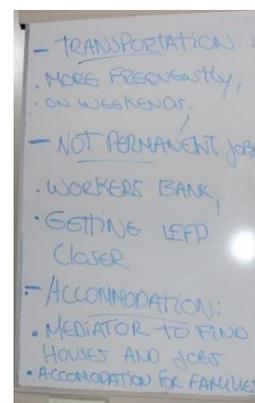
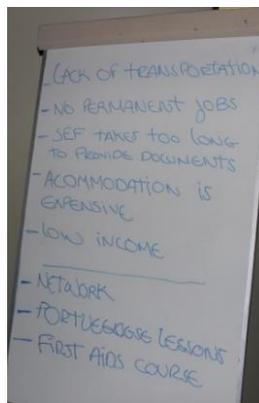
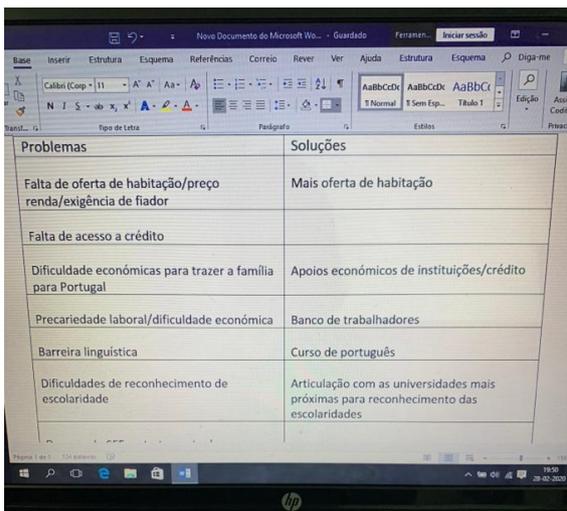


Figura 3 - Resultados do workshop participativo com a comunidade asiática

O workshop participativo com a comunidade venezuelana decorreu nas instalações da Junta de Freguesia de Ferreira do Alentejo, a 28 de fevereiro, e contou com a participação de 15 migrantes.



Figura 4 - Workshop participativo com a comunidade venezuelana



Problemas	Soluções
Falta de oferta de habitação/preço renda/exigência de fiador	Mais oferta de habitação
Falta de acesso a crédito	
Dificuldade económica para trazer a família para Portugal	Apoios económicos de instituições/crédito
Precariedade laboral/dificuldade económica	Banco de trabalhadores
Barreira linguística	Curso de português
Dificuldades de reconhecimento de escolaridade	Articulação com as universidades mais próximas para reconhecimento das escolaridades

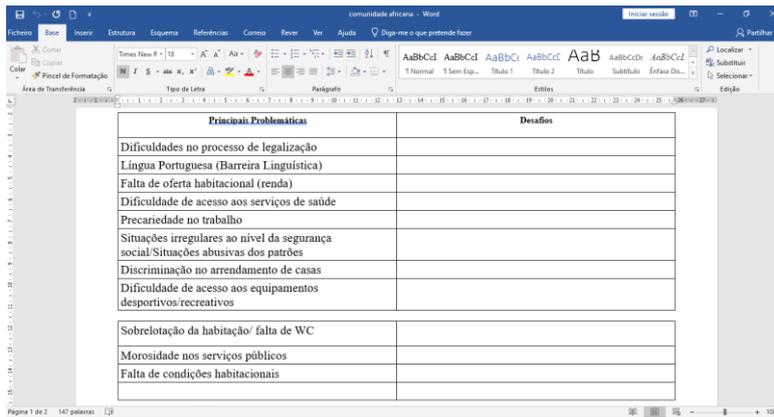
Figura 5 - Resultados do workshop participativo com a comunidade venezuelana

O workshop destinado à comunidade africana, residente quer em Ferreira do Alentejo quer em Figueira dos Cavaleiros, decorreu a 06 de março, na Junta de Freguesia de Ferreira do Alentejo, e envolveu 14 participantes.

Foi simultaneamente dinamizado um outro workshop com um grupo de quatro paquistaneses que espontaneamente se juntaram à sessão.

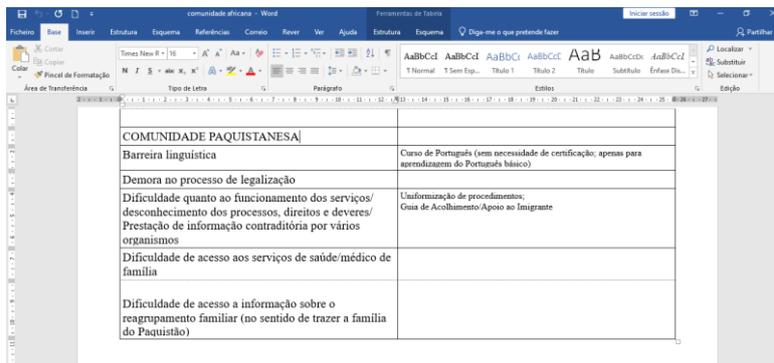


Figura 6 - Workshops participativos com as comunidades africana e paquistanesa



Principais Problemáticas	Desafios
Dificuldades no processo de legalização	
Língua Portuguesa (Barreira Linguística)	
Falta de oferta habitacional (renda)	
Dificuldade de acesso aos serviços de saúde	
Precariedade no trabalho	
Situações irregulares ao nível da segurança social/Situações abusivas dos patrões	
Discriminação no arrendamento de casas	
Dificuldade de acesso aos equipamentos desportivos/recreativos	
Sobrelotação da habitação/ falta de WC	
Morosidade nos serviços públicos	
Falta de condições habitacionais	

Figura 7 - Resultados do workshop participativo com a comunidade africana



COMUNIDADE PAQUISTANESA	Desafios
Barreira linguística	Curso de Português (sem necessidade de certificação; apenas para aprendizagem do Português básico)
Demora no processo de legalização	
Dificuldade quanto ao funcionamento dos serviços/ desconhecimento dos processos, direitos e deveres/ Prestação de informação contraditória por vários organismos	Uniformização de procedimentos; Guia de Acolhimento/Apoio ao Imigrante
Dificuldade de acesso aos serviços de saúde/médico de família	
Dificuldade de acesso a informação sobre o reagrupamento familiar (no sentido de trazer a família do Paquistão)	

Figura 8 - Resultados do workshop participativo com a comunidade paquistanesa

Ainda no âmbito do processo de diagnóstico foi realizado um workshop participativo com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo, que decorreu a 04 de março, no Ninho de Empresas do concelho.

Com recurso à metodologia de focus group foram criadas mesas de trabalho temáticas por cada uma das áreas que compõem as dimensões do PMIM, designadamente:

- serviços de acolhimento e integração;
- urbanismo e habitação;
- mercado de trabalho e empreendedorismo;
- educação e língua;
- capacitação e formação;
- cultura;
- Saúde;
- solidariedade e resposta social;
- cidadania e participação cívica;

- media e sensibilização da opinião pública;
- racismo e discriminação;
- relações internacionais;
- religião;

não tendo sido considerados os indicadores:

- reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas;
- igualdade de género.

As entidades participantes foram distribuídas pelas áreas temáticas de acordo com os seus domínios de intervenção. Os grupos procederam à identificação de problemáticas e de potenciais soluções, passíveis de ser implementadas no contexto local, que foram posteriormente debatidas.





Figura 9 - Workshop participativo com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM

24/04

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
 1-Acolhimento e Integração

Principais Problemáticas	Deafios
- Trabalho sazonal -	- falta uma oferta de emprego / que não tem o mesmo de destino fixo -
- falta de habitação -	- ausência (ou pouca) oferta (ou não) com condições adequadas para estes fins (ou seja) - Estrutura como local de habitação - CM.FA regulamentação de alojamento coletivo de longa duração - a nível de sensibilização / ou formação para a população da parte administrativa de saúde SET - falta de pop. imigrante
- acesso à saúde (falta de médicos / ou envolvimento de recursos e encaminhamento / ou falta)	

24/04

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
 2-Urbanização e Habitação

Principais Problemáticas	Deafios
- Alojamento (ou falta de condições físicas de habitação e qualidade de alojamento em espaços destinados para outros fins	- Estrutura local de habitação -
- Solução habitacional	- ausência de regulamentação específica das condições de alojamento coletivo de trabalhadores e famílias -
- Oferta de alojamento/habitacional insuficiente	- Disponibilidade de alojamento para trabalhadores e famílias -
- Insuficiência de regulamentação específica de alojamento coletivo de trabalhadores	- Avanço / implementação de estratégias de construção de alojamento
- Manutenção adequada e dignidade	- acompanhamento das necessidades de alojamento / ou inserção de alojamento para trabalhadores
- Dificuldade de imigrantes no acesso ao crédito para habitação	
- Insuficiente mercado de trabalho	

ESG/ML / IJEP

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
3-Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Principais Problemáticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> → INSUFICIÊNCIA DA ADEQUAÇÃO RESIDUAL; → PRECARIEDADE LABORAL; → APPLICABILIDADE DE ACESSO AO IJEP PARA COMUNITARIES QUE TÊM MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ESPECÍFICA MAS QUE NÃO TEM ADEQUADA VAGANTIAÇÃO; → FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE EMPRESAS RECLUTADORAS PARA GERIR OS RECURSOS HUMANOS; → CONTRIBUIÇÃO DE MANUTENÇÃO DE VAGANTIAÇÃO OU EMPRESAS PARTICIPANTES DE VAGANTIAÇÃO, NÃO EXISTINDO POR PARTE DAS COMUNITARIES INDICADAS UM VOUCHER DE ACESSO AO EMPREGO; → DESEMPREGAMENTO POR PARTE DAS COMUNITARIES INDICADAS, DE ACESSO E PERMANÊNCIA LABORAL, RESPECTIVAMENTE. 	<ul style="list-style-type: none"> → CRIAÇÃO DE VAGANTIAÇÃO DE TRABALHO PARA EMPRESAS OU INDICADAS; → RECLUTAMENTO LABORAL DAS COMUNITARIES; → ADEQUAÇÃO DO PROFISSIONAL A VAGANTIAÇÃO; → ACESSO DA RESIDÊNCIA DO EMPREGO; → RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DO IJEP OU COM MANUTENÇÃO DO INTERESSE; → MANUTENÇÃO DA VAGANTIAÇÃO INDICADA; → CRIAÇÃO DE VOUCHER DE ACESSO AO EMPREGO; → RECLUTAMENTO DE EMPRESAS PARTICIPANTES DE VAGANTIAÇÃO; → CRIAÇÃO DE COMUNITARIES DE ACESSO AO EMPREGO PARA AS COMUNITARIES; → MANUTENÇÃO DA VAGANTIAÇÃO INDICADA.

ESG/ML / IJEP

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
4-Educação e Língua

Principais Problemáticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> - SE DOMÍNIO DA LÍNGUA MATERNA. - DIVERSIDADE DE LÍNGUAS - EQUIVOCALIDADE ACADÊMICA - DIVERSIDADE DE NÍVEIS - RESULTADOS DE PROVA COMO RECURSO - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE - CONDIÇÃO DE VIDA - DESCONTINUAÇÃO DE SERVIÇOS - PÓS-CONCESSÃO DE SERVIÇOS 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração - Atividades em língua materna (prof) - Motivação escolar - Recursos humanos - Cumprimento e adaptação - às novas regras sociais - Acesso a (cult) diferentes - Formação

ESG/ML

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
5-Capacitação e Formação

Principais Problemáticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> → INSUFICIÊNCIA DE CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO COMUNITARIES COM AS NECESSIDADES LABORAIS E DE MANUTENÇÃO; → DESEMPREGAMENTO POR PARTE DAS COMUNITARIES INDICADAS, DE ACESSO E PERMANÊNCIA LABORAL, RESPECTIVAMENTE; → APPLICABILIDADE (RECONHECIMENTO DO NECESSÁRIO RECONHECIMENTO DAS HABILIDADES ACADÊMICAS); 	<ul style="list-style-type: none"> → RECONHECIMENTO DAS HABILIDADES LABORAIS E DE MANUTENÇÃO → IJEP TEM VOUCHER PARA TODOS → CRIAÇÃO DE CURSOS ESPECÍFICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (RECURSO RECONHECIMENTO DAS HABILIDADES LABORAIS) → CRIAÇÃO DE CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, RESERVA DO USO ESPECÍFICO (CURSO DE VOUCHER PARA RECLUTAMENTO DE EMPRESAS PARTICIPANTES DE VAGANTIAÇÃO) → CRIAÇÃO DE ACESSO AO EMPREGO → EQUIVOCALIDADE ACADÊMICA (LÍNGUA PORTUGUESA) → GESTÃO DE INFORMAÇÃO (SERVIÇO IJEP) → PROCESSO COM COMUNITARIES PARA RECLUTAMENTO (IJEP, VOUCHER, VAG) → INSUFICIÊNCIA DE ACESSO AO EMPREGO (VOUCHER, GANHO DO EMPREGO)

ESG/ML / IJEP

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
6-Cultura

Principais Problemáticas	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência Descontinuação de cursos de língua portuguesa em escolas e instituições locais Descontinuação por parte de empresas locais e instituições locais Língua desconhecida de língua portuguesa Sustentabilidade da oferta cultural de língua portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> - Se pode a um nível cultural, assim as escolas e locais de tempo livre - Promover iniciativas de educação informal (fóruns, workshops, workshops) - Apoiar e criar redes de língua portuguesa - Integrar a língua portuguesa em projetos culturais e educativos - Promover um nível de língua portuguesa que permita a integração cultural e educativa - Promover um nível de língua portuguesa que permita a integração cultural e educativa - Criar oportunidades de integração cultural e educativa

Sociais / Seg. Saúde

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
7-Saúde

Principais Problemáticas	Desafios
Comunicação (Língua)	Formação na língua portuguesa
Habilidades (Saúde Pública)	Habilidades (Saúde Pública) e formação na língua portuguesa

Sociais / Seg. Saúde

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
8-Solidariedade e Respostas Sociais

Principais Problemáticas	Desafios
Descontínuo dos recursos existentes, por parte das diversas organizações	Integração na língua portuguesa
Falta de integração social existente, por parte das organizações para este nível profissional	Sensibilização das entidades existentes de forma profissional e reconhecida de forma adequada (casos específicos)

IJEP

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
9-Cidadania e Participação Cívica

Principais Problemáticas	Desafios
Discriminação / Racismo	Falta de integração e acolhimento individual e comunitário
Falta de habitação e condições habitacionais	Plano de recuperação habitacional
Língua (Barreira Linguística)	Curso de formação de Português
Falta de integração e acolhimento comunitário	Atividades intercomunitárias desenvolvidas nas comunidades emigrantes

IJEP

Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
10-Mídia e Sensibilização da Opinião Pública

Principais Problemáticas	Desafios
Discriminação / Racismo	Falta de integração e acolhimento individual e comunitário
Falta de integração e acolhimento por parte da comunidade	Falta de integração e acolhimento individual e comunitário

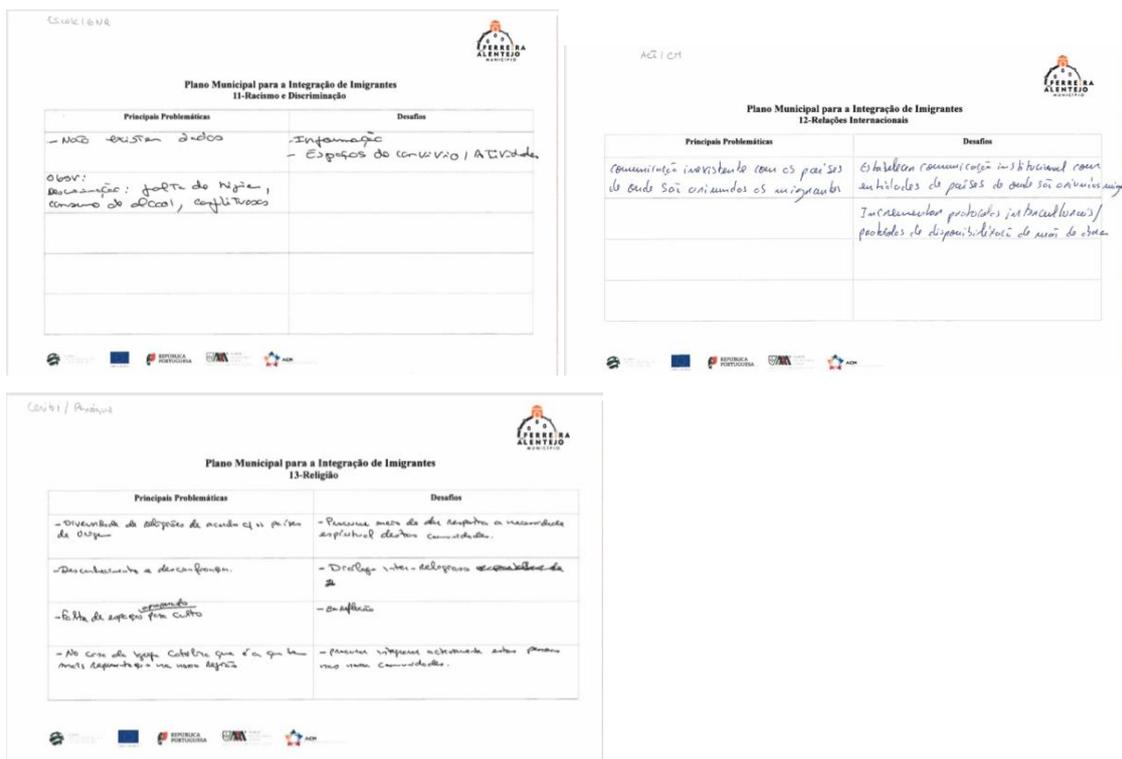


Figura 10 – Resultados do workshop participativo com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM

Os resultados obtidos ao longo de todo o processo de diagnóstico foram depois sistematizados por indicador numa matriz, que serviu de base para a fase de planeamento do PMIM.

Por ter sido, entretanto, decretado o Estado de Emergência e, posteriormente, o Estado de Calamidade, a reunião para delinear e aprovar as dimensões estratégica e operacional do PMIM decorreu através de uma plataforma online, a 28 de maio de 2020.

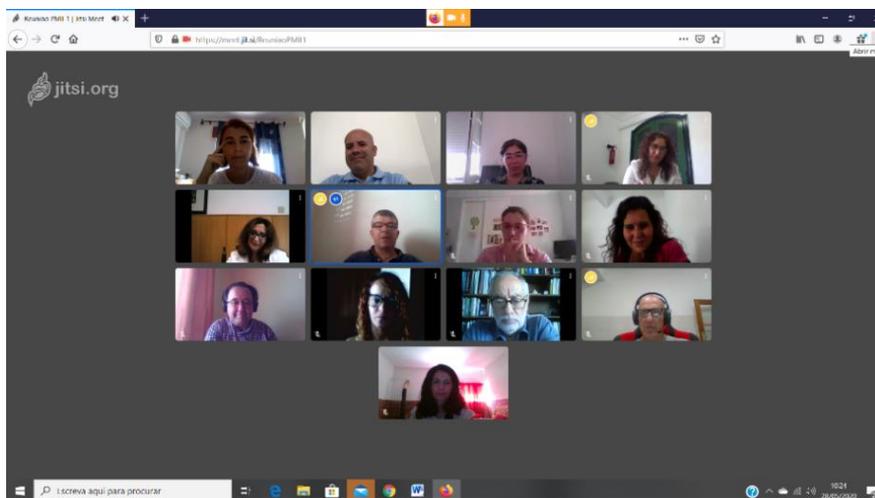


Figura 11 - Reunião para definição e aprovação das dimensões estratégica e operacional do PMIM

A 29 de maio, numa reunião realizada presencialmente na Junta de Freguesia de Ferreira do Alentejo, o PMIM foi discutido e aprovado pelos representantes das comunidades venezuelana e africana inquiridas no âmbito do estudo.



Figura 12 - Reunião para discussão e aprovação do PMIM com representantes das comunidades venezuelana e africana

A 04 de junho foi igualmente realizada, através de uma plataforma online, reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS), em que a apresentação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes constou na ordem de trabalho, tendo o documento sido aprovado por unanimidade.

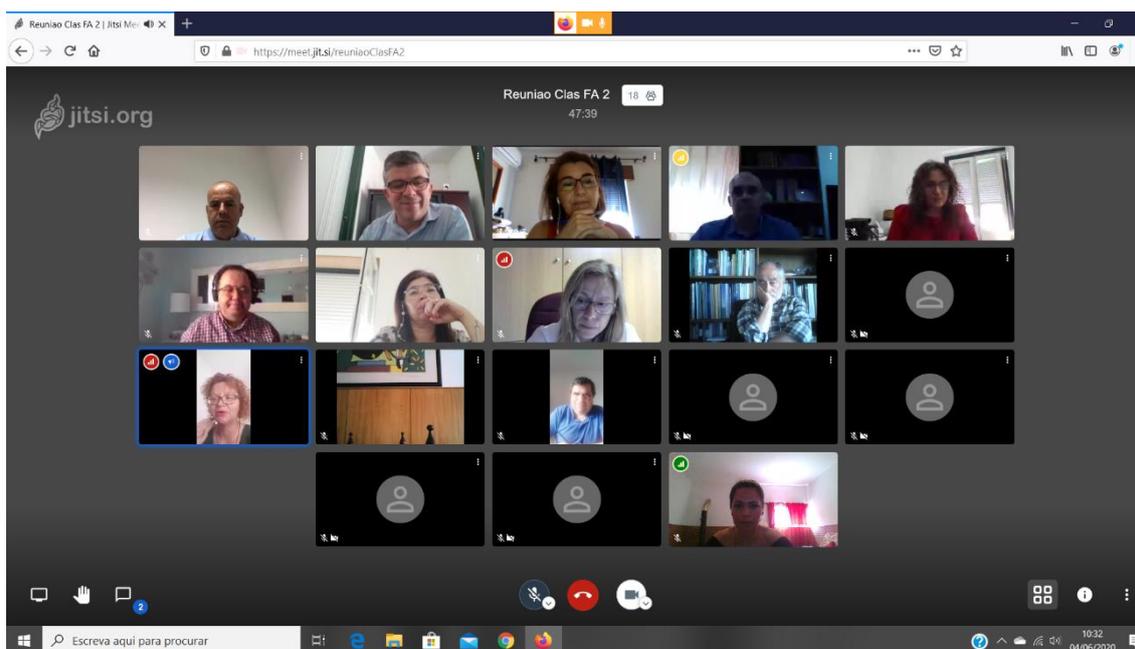


Figura 13 - Reunião de CLAS com apresentação e aprovação do PMIM

1.4. Validação e aprovação

A validação e aprovação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo decorreu em várias etapas, que contribuíram para reforçar a transparência do processo.

Numa primeira fase, a proposta de PMIM foi apresentada e validada por todas as entidades que compõem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, numa reunião realizada online, a 28 de maio.

O documento foi apreciado em sede de Conselho Local de Ação Social (CLAS) a 04 de junho e, posteriormente, em reunião de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal.

A versão final que aqui se apresenta vai ser objeto de apresentação pública destinada à população, bem como a todas as entidades locais e de âmbito regional e/ou nacional diretamente envolvidas na prossecução do mesmo.

1.5. Estrutura

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo obedece às orientações da ACM, descritas no Guia de Apoio à Conceção de Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

Organizada em 15 áreas temáticas, a sua estrutura assenta nas dimensões estratégica e operacional, sendo precedida por um diagnóstico de caracterização da população migrante e identificação das principais necessidades sentidas pelas comunidades residentes no território e pelos agentes que intervêm no domínio das migrações.

A dimensão estratégica inclui a definição dos objetivos estratégicos, indicadores e estratégias, para o período temporal em questão, atendendo aos problemas/necessidades identificados em sede de diagnóstico e que se apresentam no ponto seguinte.

A dimensão operacional pressupõe, para cada objetivo estratégico, a definição dos objetivos específicos/operacionais, medidas, nível de priorização, metas, indicadores e responsáveis por cada uma das ações concebidas para responder às necessidades detetadas (ACM & Logframe, 2015).

1.6. Limitações e constrangimentos à elaboração do PMIM

Apesar de dotado de inúmeras potencialidades para uma equilibrada gestão dos fluxos migratórios, constituindo a primeira oportunidade de atuação concertada neste domínio, a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo não esteve isenta de limitações e constrangimentos.

A sazonalidade da atividade agrícola, enquanto principal ocupação laboral das comunidades migrantes fixadas no concelho, contribui em larga escala para a flutuação da população, não existindo, por isso, informação quantitativa ou qualitativa atualizada sobre o fenómeno.

A inexistência de dados, associada à limitação temporal para conceção do PMIM, resumida a seis meses, e ao número reduzido de elementos constituintes da equipa técnica, revelou-se um desafio ao longo do processo.

Considerou-se, ainda assim, ser imprescindível fazer um levantamento das comunidades migrantes atualmente fixadas no concelho, como forma de enriquecer o diagnóstico e permitir uma eficiente definição de medidas de atuação, tendo sido aplicado o questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013).

O processo foi dificultado pela complexidade do documento, que exigiu um preenchimento individual e acompanhado, pela barreira linguística, pela inexistência de mediação cultural a tempo inteiro e pela dificuldade de acesso às principais entidades empregadoras de migrantes, enquanto canal de aproximação às comunidades.

O elevado volume de trabalho das entidades parceiras impossibilitou a utilização desses recursos como forma de identificação de migrantes e apoio à aplicação do questionário.

As características específicas de trabalho e habitação das comunidades romena, moldava e ucraniana, bem como a barreira linguística existente, determinaram a impossibilidade de inclusão das mesmas no estudo, tendo apenas sido aplicado um questionário a uma migrante moldava e a um migrante ucraniano.

A instalação do Estado de Emergência devido à Covid-19 durante o período de conceção do Plano constituiu igualmente uma forte limitação ao seu enriquecimento, tendo sido canceladas sessões previstas com migrantes e com stakeholders.

Os constrangimentos acima descritos ditam que o diagnóstico local apresentado não se constitua como representativo da população migrante residente no concelho de Ferreira do Alentejo, não podendo ser generalizado.

2. Diagnóstico Local

O diagnóstico participativo apresenta-se como fundamental para apoiar futuras decisões estratégicas de intervenção no domínio da integração de migrantes, permitindo “a caracterização das situações de partida, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a definição dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças à evolução positiva das situações/contextos” (ACM & Logframe, 2015).

Enquanto elemento do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo, o diagnóstico local tem como principais objetivos:

- Caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural;
- Identificar os contributos das comunidades migrantes para as dinâmicas demográficas, socioeconómicas e culturais do território;
- Identificar as necessidades da população migrante;
- Indicar dinâmicas e tendências da população migrante com vista à priorização de áreas de atuação;
- Mapear os recursos e serviços existentes no território;
- Fundamentar estratégias e ações que estimulem maiores níveis de integração e que diminuam os problemas que afetam as comunidades migrantes e/ou uma maior interação entre estas e a sociedade de acolhimento.

O diagnóstico local apresentado resulta de um conjunto de ações que visaram a auscultação do Espaço Social, através da aplicação do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” e da realização de workshops participativos com as comunidades migrantes, e a auscultação dos Espaços Técnico e Institucional, através da realização de workshops participativos com equipas técnicas, dirigentes, decisoras e decisores políticos dos diversos serviços existentes no território.

O processo foi enriquecido pela aplicação do Índice de Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade (IMAD), pela atualização do diagnóstico realizado no âmbito do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social de Ferreira do Alentejo, bem como pela recolha de dados estatísticos atuais disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O diagnóstico local que se apresenta encontra-se, por isso, dividido em três partes, correspondendo a primeira às tendências demográficas e fluxos migratórios no território, a segundo à caracterização da população migrante residente e a terceira ao recenseamento de problemáticas, necessidades e recursos disponíveis.

2.1. Tendências demográficas e fluxos migratórios

Em 1960 residiam no concelho de Ferreira do Alentejo 14.894 pessoas (PORDATA, 2015), tendo sido registada, até 2011, uma quebra de quase 50% da população. Desde então, o número de habitantes tem continuado gradualmente a reduzir (PORDATA, 2019a).

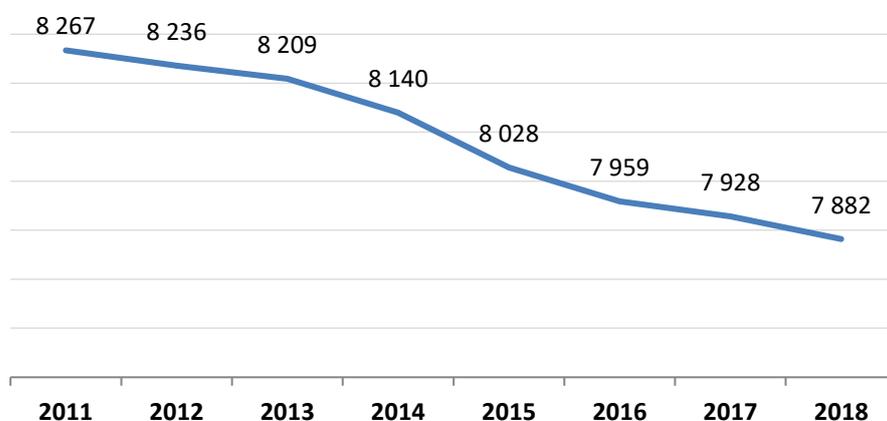


Gráfico 1 – Evolução da população residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em número de habitantes, entre 2011 e 2018

A evolução da dinâmica económica do concelho ao longo da última década, nomeadamente através da agricultura de regadio e das atividades agroalimentares, associada à falta de mão de obra de origem portuguesa, ditou um forte crescimento da população estrangeira no território.

Em 2018, a população estrangeira residente no concelho era composta por 614 pessoas com estatuto legal de residente, sendo 389 do sexo masculino e 225 do sexo feminino (PORDATA, 2019b).

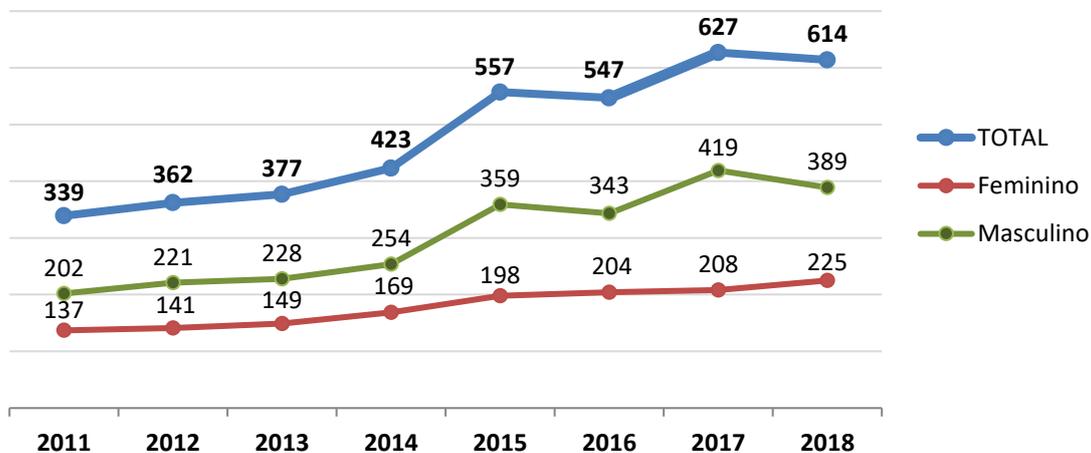


Gráfico 2 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em número de habitantes, total e por sexo, entre 2011 e 2018

Em termos percentuais, a população estrangeira com estatuto legal de residente representava, em 2011, 4,1% da população total do concelho, tendo aumentado quase o dobro até 2018. Na distribuição por sexo, as mulheres estrangeiras representavam, em 2018, 5,5% da população feminina total e os homens estrangeiros 10,2% da população masculina total (PORDATA, 2019c).

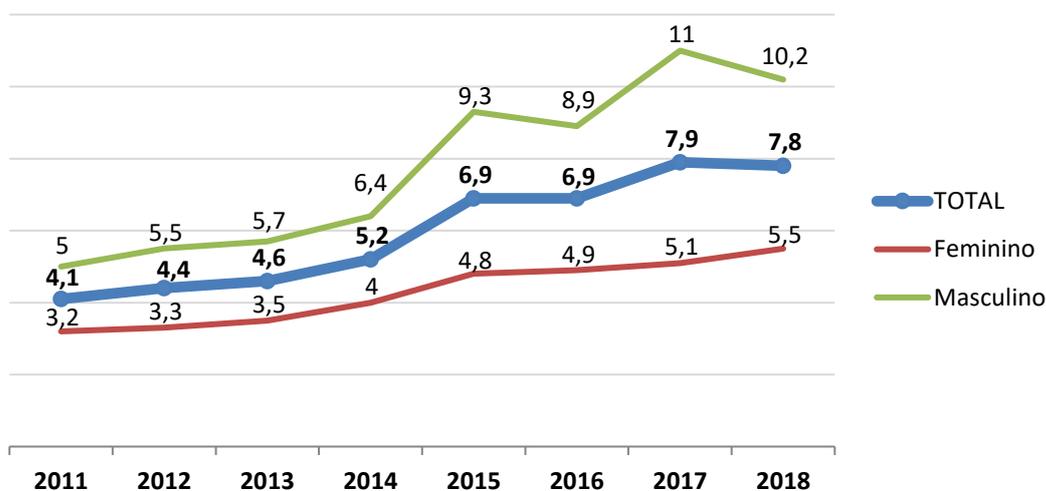


Gráfico 3 - Evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Ferreira do Alentejo, em percentagem, da população residente, total e por sexo, entre 2011 e 2018

Em 2018, a população estrangeira com estatuto legal de residente representava 7,8% da população total do concelho, um valor largamente acima dos registados nos restantes concelhos do Baixo Alentejo e superior às médias regional e nacional (PORDATA, 2019c).

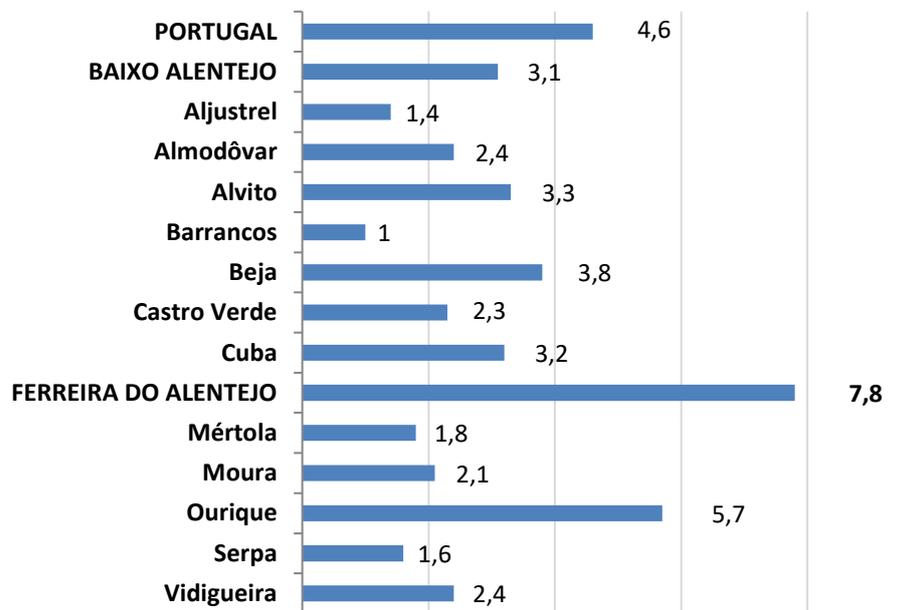


Gráfico 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente por percentagem da população residente, em 2018

Em termos de países de origem da população estrangeira, os fluxos migratórios também sofreram alterações.

Em 2008, a população estrangeira mais representada no concelho de Ferreira do Alentejo era natural do Brasil, com 65 residentes de um total de 205 pessoas migrantes.

Em 2018, a Roménia ocupava o lugar cimeiro, com uma representatividade muito superior à das restantes nacionalidades. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, das 614 pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente fixadas no concelho de Ferreira do Alentejo, 414 eram romenas (PORDATA, 2019d).

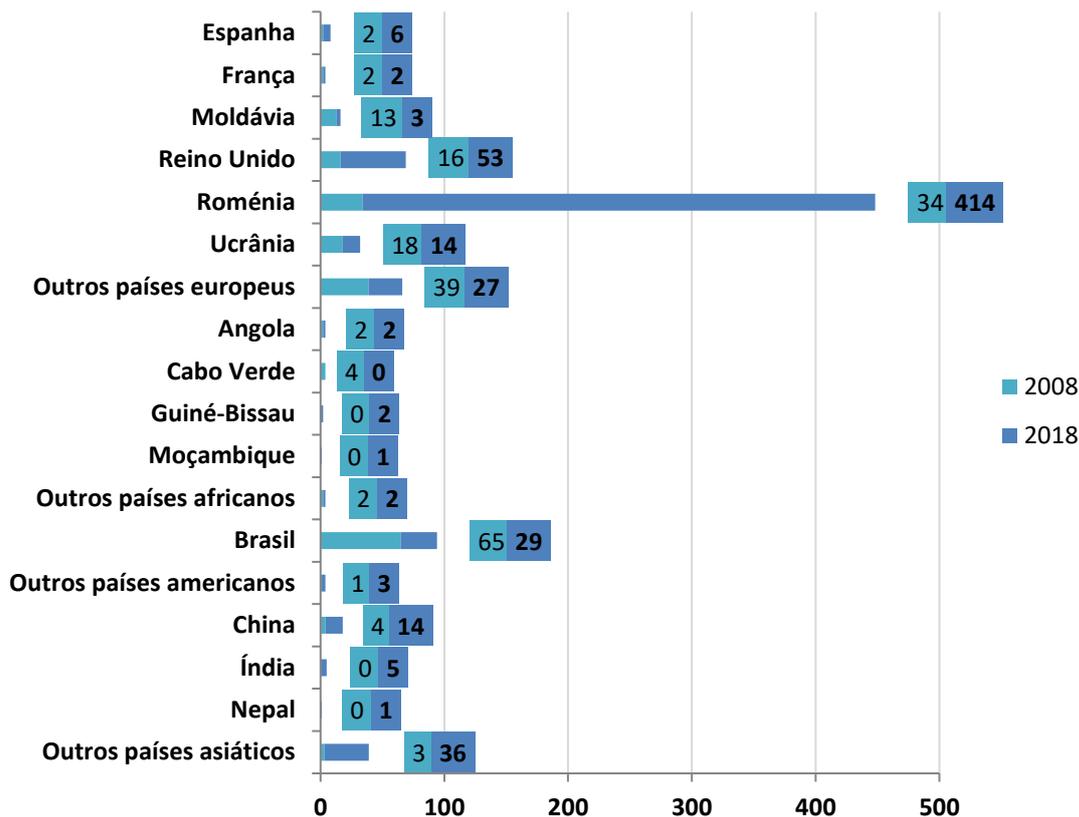


Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por nacionalidade, em 2008 e em 2018

A população estrangeira com estatuto legal de residente tem contribuído, em larga escala, para a natalidade do concelho, que tem vindo progressivamente a decrescer nas últimas décadas.

No ano de 1995 apenas 1,4% dos nados-vivos do concelho de Ferreira do Alentejo tinham mãe estrangeira. Em 2019 esse valor representou 21,6%, tendo sido registados 11 nados-vivos de mãe estrangeira num total dos 51.

Esse valor corresponde a quase o dobro da média nacional, fixada em 12,34%, encontrando-se exponencialmente acima da média do Baixo Alentejo (7,74%) e de qualquer um dos restantes concelhos da região (PORDATA, 2020).

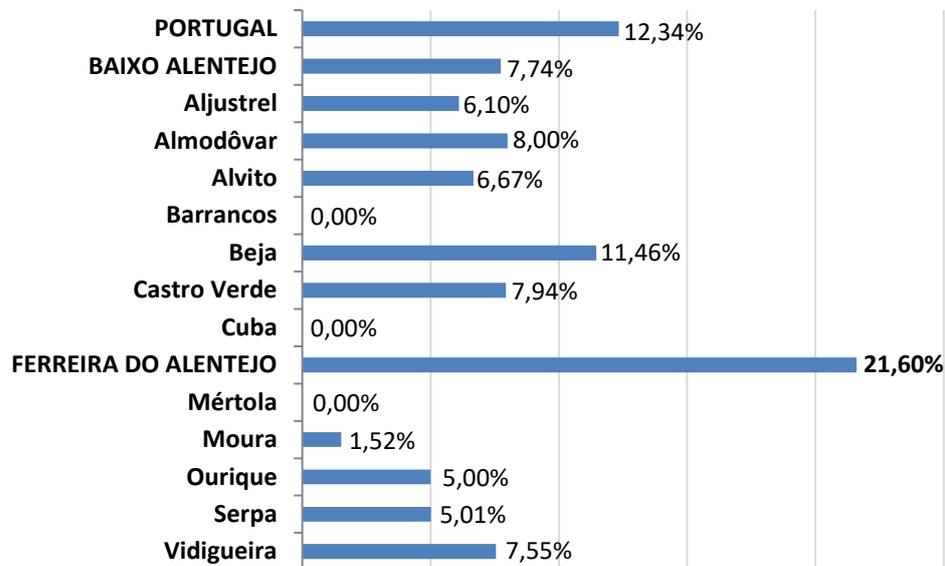


Gráfico 6 - Percentagem de nados-vivos com mãe estrangeira, em 2019

2.2. Caracterização da população migrante residente no concelho

A sazonalidade da atividade agrícola leva a que a população migrante residente em Ferreira do Alentejo seja extremamente flutuante, não existindo dados disponíveis quanto ao número real de pessoas fixadas no concelho.

A aplicação do questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município”, entre janeiro e março de 2020, permitiu caracterizar parte da população, não sendo, contudo, possível generalizar os resultados ou apresentá-los como representativos de toda a população estrangeira residente.

2.2.1. Demografia

O questionário de caracterização da população migrante foi diretamente aplicado a 53 pessoas, sendo 4 do sexo feminino e 49 do sexo masculino. A participação no estudo permitiu a identificação de mais 19 membros da família coabitante, contabilizando-se o envolvimento de 72 pessoas.

O peso da população masculina é dominante entre a população inquirida, representando 92,5%. Contudo, no que toca aos membros da família coabitante, regista-se um maior equilíbrio, com 57,9% de pessoas do sexo feminino face a 42,1% do sexo masculino.

Os dados revelam que as comunidades com maior representação no concelho são a indiana, correspondendo a 30,9% do total da população migrante inquirida, seguida pela venezuelana, que representa 24,5% do total de participantes no estudo. Entre as famílias coabitantes a nacionalidade mais representada é a venezuelana.

Das 53 pessoas inquiridas, apenas nove (17%) possui o agregado familiar em Portugal, existindo apenas uma das restantes 44 que revela não ter intenções de trazer a família para o país.

PAÍS DE ORIGEM	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Moldávia	1	1,9	1	1,9	-	-	3	15,8	1	5,3	2	10,5
Ucrânia	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
Guiné-Bissau	7	13,2	-	-	7	13,2	-	-	-	-	-	-
Guiné Conacri	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
Senegal	5	9,4	-	-	5	9,4	-	-	-	-	-	-
Brasil	1	1,9	1	1,9	-	-	2	10,5	1	5,3	1	5,3
Venezuela	13	24,5	2	3,8	11	20,8	14	73,7	9	47,4	5	26,3
Índia	16	30,9	-	-	16	30,9	-	-	-	-	-	-
Nepal	5	9,4	-	-	5	9,4	-	-	-	-	-	-
Paquistão	3	5,7	-	-	3	5,7	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 1 – País de origem da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Os dados demonstram que 62,3% da população migrante inquirida encontra-se na faixa etária dos 25-34 anos, seguindo-se 22,6% na faixa etária dos 35-44 anos. Ainda que toda a população inquirida esteja em idade ativa, o estudo não abrangeu qualquer participante com menos de 21 anos, na faixa etária 45 - 54 ou maior de 65 anos.

Quase metade dos membros da família coabitante (47,4%) são menores de 14 anos, ocupando a faixa etária dos 25-34 anos a segunda posição, com um peso de 26,3%.

FAIXA ETÁRIA	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
≤ 14	-	-	-	-	-	-	9	47,4	6	31,6	3	15,8
15 – 24	5	9,4	1	1,9	4	7,5	-	-	-	-	-	-
25 – 34	33	62,3	2	3,8	31	58,5	5	26,3	4	21,1	1	5,3
35 – 44	12	22,6	1	1,9	11	20,8	1	5,3	-	-	1	5,3
45 – 54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
55 – 64	2	3,8	-	-	2	3,8	2	10,5	1	5,3	1	5,3
≥ 65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Responde	1	1,9	-	-	1	1,9	2	10,5	-	-	2	10,5
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 2 - Estrutura etária da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Quanto ao estado civil, a população migrante solteira encontra-se ligeiramente mais representada (52,8%) que a população casada (45,3%), existindo apenas uma pessoa inquirida em união de facto.

Apesar dos membros da família coabitante serem maioritariamente descendentes menores não se regista um desequilíbrio entre pessoas casadas (42,1%) e solteiras (52,6%) entre aquelas que residem com o agregado familiar.

ESTADO CIVIL	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casada/o	24	45,3	2	3,8	22	41,5	8	42,1	4	21,1	4	21,1
União de facto	1	1,9	-	-	1	1,9	1	5,3	1	5,3	-	-
Solteira(o)	28	52,8	2	3,8	26	49,1	10	52,6	6	31,6	4	21,1
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 3 - Estado civil da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Mais de metade da população migrante inquirida (52,8%) chegou a Portugal em 2019, caindo esse número para 30,2% quando referente à chegada em 2018 e para apenas 7,5% em 2017. 2019 foi também o ano de chegada a Portugal da maioria dos membros da família coabitante, representando 63,2% do total.

O facto de mais de metade das pessoas inquiridas se encontrarem em Portugal há menos de um ano revela o efeito da sazonalidade da atividade agrícola.

ANO DE CHEGADA	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 2015	2	3,8	-	-	2	3,8	-	-	-	-	-	-
2016	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
2017	4	7,5	1	1,9	3	5,7	2	10,5	-	-	2	10,5
2018	16	30,2	2	3,8	14	26,4	2	10,5	1	5,3	1	5,3
2019	28	52,8	1	1,9	27	50,9	12	63,2	7	36,8	5	26,3
2020	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
Não Responde	1	1,9	-	-	1	1,9	3	15,8	3	15,8	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 4 - Ano de chegada a Portugal da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.2. Nível de ensino e domínio da Língua Portuguesa

Em termos de habilitações literárias, o estudo realizado revela que 28,3% da população migrante inquirida tem o ensino secundário completo, sendo que 24,5% possui uma licenciatura. A percentagem da população com ensino médio/profissional é de 11,3%, havendo 9,4% apenas com o 1º ciclo concluído. 7,5% tem um bacharelato e 5,7% um mestrado.

Entre os membros da família coabitante maiores de 15 anos, o nível de ensino mais elevado concluído corresponde, em 40% dos casos, ao ensino secundário. O ensino médio/profissional ocupa 20% dos casos, um valor igual àqueles que possuem licenciatura. 10% dos membros da família coabitante tem o 3º ciclo e os restantes 10% um bacharelato.

Na distribuição por sexo, entre os membros da família coabitante, em que existe um equilíbrio numérico, as mulheres detêm níveis de escolaridade mais elevados que os homens.

NÍVEL DE ENSINO	População migrante inquirida						Membros da família coabitante maiores de 15 anos					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pré-escolar	2	3,8	-	-	2	3,8	-	-	-	-	-	-
1º ciclo	5	9,4	-	-	5	9,4	-	-	-	-	-	-
2º ciclo	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
3º ciclo	2	3,8	1	1,9	1	1,9	1	10	-	-	1	10
Secundário	15	28,3	1	1,9	14	26,4	4	40	3	30	1	10
Médio/profissional	6	11,3	1	1,9	5	9,4	2	20	-	-	2	20
Bacharelato	4	7,5	-	-	4	7,5	1	10	-	-	1	10
Licenciatura	13	24,5	1	1,9	12	22,6	2	20	2	20	-	-
Mestrado	3	5,7	-	-	3	5,7	-	-	-	-	-	-
Não Responde	2	3,8	-	-	2	3,8	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	10	100	5	50	5	50

Tabela 5 - Nível de ensino mais elevado concluído pela população migrante inquirida e membros da família coabitante maiores de 15 anos, total e por sexo, em número e percentagem

Quanto ao domínio da língua, 41,5% da população migrante considera que tem um fraco conhecimento do Português, sendo que a maioria das pessoas inquiridas provém de países asiáticos ou africanos, residindo em Portugal há menos de um ano.

28,3% considera ter um bom nível de conhecimento da Língua Portuguesa, correspondendo, na sua maioria, esta opção às comunidades venezuelana e guineense. 17% considera que tem um domínio suficiente sobre a Língua Portuguesa.

DOMÍNIO DA LÍNGUA	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito bom	3	5,7	1	1,9	2	3,8	5	26,3	2	10,5	3	15,8
Bom	15	28,3	2	3,8	13	24,5	2	10,5	2	10,5	-	-
Suficiente	9	17	1	1,9	8	15,1	11	57,9	6	31,6	5	26,3
Fraco	22	41,5	-	-	22	41,5	-	-	-	-	-	-
Nulo	4	7,5	-	-	4	7,5	-	-	-	-	-	-
Não Responde	-	-	-	-	-	-	1	10,5	1	10,5	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 6 - Nível de conhecimento da Língua Portuguesa da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Questionada sobre a frequência de algum curso de Língua Portuguesa, 83% da população migrante inquirida refere nunca tê-lo feito por falta de oportunidade, apontando como principais motivos a inexistência de formação nas proximidades dos alojamentos coletivos, a falta de transporte para deslocações aos centros urbanos e a incompatibilidade horária com a atividade agrícola.

Acresce ainda aos motivos apontados a exigência de legalização para frequência de cursos oficiais de Língua Portuguesa, quando a larga maioria da população migrante se encontra ainda com os processos a decorrer.

População migrante inquirida

FREQUÊNCIA DE CURSO DE LÍNGUA PORTUGUESA	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Sim e concluí	4	7,5	-	-	4
Sim, mas não concluí	2	3,8	-	-	2	3,8
Estou a frequentar neste momento	1	1,9	-	-	1	1,9
Não, porque não tive oportunidade	44	83	3	5,7	41	77,4
Não, porque nunca senti necessidade	1	1,9	1	1,9	-	-
Não Responde	1	1,9	-	-	1	1,9
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 7 - Frequência de curso de língua portuguesa pela população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.3. Meio de vida e mercado de trabalho

Mais de 98% da população migrante inquirida tem o trabalho como principal meio de vida. Entre os membros da família coabitante, o trabalho é também o principal meio de vida dos elementos em idade ativa, existindo apenas uma cidadã a cargo da família, a que se juntam as crianças e jovens descendentes menores de idade.

MEIO DE VIDA	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalho	52	98,1	4	7,5	48	90,6	9	47,4	4	21,1	5	26,3
Rendimento social de inserção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão/reforma	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento de propriedade ou de empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio temporário de doença	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio temporário de desemprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros subsídios temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A cargo da família	-	-	-	-	-	-	10	52,6	7	36,8	3	15,8
Biscates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não responde	1	1,9	-	-	1	1,9	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 8 - Principal meio de vida da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Entre a população migrante inquirida, mais de 90% encontra-se a trabalhar, existindo 9,4% de pessoas desempregadas, fruto da sazonalidade e da precaridade dos contratos de trabalho. A família coabitante é composta, em 47,4% dos casos, por pessoas ativas com profissão, existindo 31,6% de menores estudantes e apenas uma cidadã recém-chegada à procura do primeiro emprego.

SITUAÇÃO FACE À ATIVIDADE ECONÓMICA	População migrante inquirida						Membros da família coabitante					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ativa/o com profissão	48	90,6	4	7,5	44	83	9	47,4	4	21,1	5	26,3
Desempregada/o	5	9,4	-	-	5	9,4	-	-	-	-	-	-
À procura do 1º emprego	-	-	-	-	-	-	1	5,2	1	5,2	-	-
Doméstica/o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reformada/o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inválida/o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estudante	-	-	-	-	-	-	6	31,6	3	15,8	3	15,8
Não responde	-	-	-	-	-	-	3	15,8	3	15,8	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5	19	100	11	57,9	8	42,1

Tabela 9 - Situação perante a atividade económica da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Das 48 pessoas migrantes inquiridas atualmente a trabalhar, 81,3% tem um regime de trabalho sazonal, a que se juntam 10,4% em situação de trabalho ocasional e apenas 8,3% com trabalho permanente ou regular. De referir que nenhuma das pessoas inquiridas com trabalho permanente ou regular se dedica à atividade agrícola.

O trabalho sazonal nas explorações agrícolas do concelho é também o principal regime entre os membros da família coabitante, ocupando 55,6% dos casos.

REGIME DE TRABALHO	População migrante inquirida, ativa com profissão						Membros da família coabitante, ativos com profissão					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Permanente ou regular	4	8,3	1	2,1	3	6,3	2	22,2	1	11,1	1	11,1
Ocasional	5	10,4	1	2,1	4	8,3	-	-	-	-	-	-
Sazonal	39	81,3	2	4,2	37	77,1	5	55,6	2	22,2	3	33,3
Não responde	-	-	-	-	-	-	2	22,2	1	11,1	1	11,1
TOTAIS	48	100	4	8,3	44	91,7	9	100	4	44,4	5	55,6

Tabela 10 - Regime de trabalho da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

É de salientar que 42 das 48 pessoas migrantes ativas com profissão integram a categoria profissional de trabalhadoras e trabalhadores não qualificados da agricultura (87,5%), sendo igualmente essa a profissão de seis dos nove membros ativos da família coabitante (66,7%). A totalidade da população migrante inquirida trabalha por conta de outrem, registando-se o mesmo cenário entre os membros da família coabitante, não tendo sido abrangida pelo estudo qualquer das pessoas migrantes empreendedoras residentes no concelho de Ferreira do Alentejo.

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	População migrante inquirida, ativa com profissão						Membros da família coabitante, ativos com profissão					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Por conta de outrem	48	100	4	8,3	44	91,7	9	100	4	44,5	5	55,6
Por conta própria sem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

emprega- das/os												
Por conta própria com emprega- das/os	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalha- dor/a familiar não remunerado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não responde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	48	100	4	8,3	44	91,7	9	100	4	44,4	5	55,6

Tabela 11 - Situação na profissão da população migrante inquirida e membros da família coabitante, total e por sexo, em número e percentagem

Em 88,7% dos casos, o primeiro emprego em Portugal da população migrante inquirida foi na agricultura, sendo que esse era o ramo de atividade no país de origem de apenas 19,1%. Para 47,2% das pessoas inquiridas, o atual emprego é o primeiro que têm desde que chegaram ao país.

Quanto à forma de obtenção do atual posto de trabalho, verifica-se que, em 56,6% dos casos, o atual emprego foi obtido através de familiares ou pessoas amigas do mesmo grupo étnico, em 15,1% através de entidade patronal portuguesa e em 7,5% através de outras pessoas portuguesas.

De referir que, em 5,7% dos casos, o posto de trabalho foi conseguido através de recrutamento ou angariação diretamente no país de origem, sendo esta a forma apontada, na sua totalidade, por membros das comunidades africanas.

FORMA DE OBTENÇÃO DO ATUAL EMPREGO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Através de familiares ou amigas/os do mesmo grupo étnico	30	56,6	2	3,8	28	52,8
Através de “recrutador/a” ou “angariador/a” no país de origem	3	5,7	-	-	3	5,7
Através de entidade patronal portuguesa	8	15,1	-	-	8	15,1
Através de entidade patronal imigrante da mesma origem étnica	1	1,9	-	-	1	1,9
Através de entidade patronal imigrante de outra origem étnica						

Através de amigas/os ou conhecidas/os de origem portuguesa	4	7,5	1	1,9	3	5,7
Resposta a anúncio	2	3,8	-	-	2	3,8
Através de serviços de emprego	3	5,7	1	1,9	2	3,8
Criação do próprio emprego	-	-	-	-	-	-
Outra forma	1	1,9	-	-	1	1,9
Não Responde	1	1,9	-	-	1	1,9
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 12 - Forma de obtenção do atual emprego, por parte da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.4. Condições de habitabilidade

Apenas nove (17%) das 53 pessoas migrantes inquiridas no âmbito do estudo residem com o agregado familiar no concelho de Ferreira do Alentejo. As restantes 44 dividem alojamentos coletivo junto às explorações agrícolas ou residem em habitações sobrelotadas em Ferreira do Alentejo.

Ainda que exista uma maioria de 61,4% a partilhar habitação ou alojamento com menos de cinco residentes, 74,1% dessas pessoas migrantes vivem em contentores com capacidade para quatro pessoas, dividindo áreas comuns, como casas-de-banho e espaço para refeições, com todas as restantes.

De salientar ainda uma percentagem de 13,6% da população inquirida que partilha habitação em Ferreira do Alentejo com mais de 31 pessoas. Quatro migrantes, do Senegal e da Guiné Conacri, dividem habitação com mais 52 pessoas, existindo dois migrantes indianos a partilhar casa com mais 33.

Ainda que, aparentemente, a sobrelotação das habitações corresponda à menor percentagem de situações identificadas, a realidade mostra que a residência em contentores torna igualmente sobrelotados os acessos a áreas comuns.

A totalidade da população migrante inquirida refere dividir habitação ou alojamento com outros membros da mesma comunidade.

Nº DE RESIDENTES DA HABITAÇÃO OU ALOJAMENTO	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
≤5	27	61,4	1	2,3	26	59,1
6 - 10	11	25	-	-	11	25
11 - 20	-	-	-	-	-	-
21 - 30	-	-	-	-	-	-
≥ 31	6	13,6	-	-	6	13,6
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	44	100	1	2,3	43	97,7

Tabela 13 - Número de residentes da habitação da população migrante inquirida que não reside com o agregado familiar, total e por sexo, em número e percentagem

Como já anteriormente referido, existe um elevado número de migrantes a residir em contentores junto às explorações agrícolas, um valor que corresponde a 70,5% da população inquirida que não reside com o respetivo agregado familiar. 22,7% reside em partes de casa ou em quartos, existindo uma minoria, de apenas 6,8%, a habitar em apartamentos ou moradias.

A situação inverte-se quando comparada com as pessoas migrantes que vivem com o agregado familiar. A maioria (55,6%) reside em habitações clássicas, como apartamentos ou moradias, 22,2% em partes de casa ou quartos e os restantes 22,2% em contentores, registando-se a existência de famílias a viver em alojamentos coletivos junto às explorações agrícolas.

TIPO DE HABITAÇÃO OU ALOJAMENTO	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar						População migrante inquirida que reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apartamento/ moradia	3	6,8	-	-	3	6,8	5	55,6	3	33,3	2	22,2
Parte de casa	10	22,7	-	-	10	22,7	2	22,2	-	-	2	22,2
Barraca/ casa rudimentar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão/ residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Centro de acolhimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móvel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contentor	31	70,5	1	2,3	30	68,2	2	22,2	-	-	2	22,2
Não responde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	44	100	1	2,3	43	97,7	9	100	3	33,3	6	66,7

Tabela 14 - Tipo de habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Relativamente ao número de divisões disponíveis, excluindo casas de banho e cozinhas, 59,1% da população inquirida que não reside com o agregado familiar dispõe apenas de uma divisão, que corresponde ao espaço de um contentor. 88,9% da população que reside com o agregado familiar não respondeu à questão, existindo uma minoria de 11,1% a indicar viver numa habitação com três divisões.

Nº DE DIVISÕES DA HABITAÇÃO OU ALOJAMENTO	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar						População migrante inquirida que reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1	26	59,1	-	-	26	59,1	-	-	-	-	-	-
2	2	4,5	-	-	2	4,5	-	-	-	-	-	-
3	3	6,8	-	-	3	6,8	1	11,1	1	11,1	-	-
4	4	9,1	-	-	4	9,1	-	-	-	-	-	-
Não responde	9	20,5	1	2,3	8	18,2	8	88,9	2	22,2	6	66,7
TOTAIS	44	100	1	2,3	43	97,7	9	100	3	33,3	6	66,7

Tabela 15 - Nº de divisões da habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

As condições de habitação e alojamento de que dispõe a população migrante inquirida varia mediante a residência com ou sem agregado familiar. Entre a população que não reside com o agregado familiar, apenas 40,1% dispõe de casa de banho no interior do alojamento. Ainda que 90,9% tenha abastecimento de água, em 67,5% desses casos a mesma não provém da rede pública. O acesso a água quente apenas está disponível

em 88,6% dos casos e apenas 72,7% das pessoas migrantes que residem sem o agregado familiar têm acesso a aquecimento central ou aquecedores móveis.

A população migrante que reside com o agregado familiar, maioritariamente em alojamentos clássicos, como apartamentos ou moradias, dispõe, na sua totalidade de casa de banho no interior da habitação, fornecimento de água e água quente. Contudo, o acesso a aquecimento central ou aquecedores móveis apenas está disponível em 77,8% dos casos.

CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar						População migrante inquirida que reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casa de banho no interior	18	40,1	1	2,3	17	38,6	9	100	3	33,3	6	66,7
Abastecimento de água	40	90,9	1	2,3	39	88,6	9	100	3	33,3	6	66,7
Água quente	39	88,6	1	2,3	38	86,4	9	100	3	33,3	6	66,7
Aquecimento central ou aquecedores móveis	32	72,7	1	2,3	31	70,5	7	77,8	3	33,3	4	44,4
Não responde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	44	100	1	2,3	43	97,7	9	100	3	33,3	6	66,7

Tabela 16 - Condições de alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

97,7% da população inquirida que não reside com o agregado familiar dispõe de telemóvel, 79,5% tem acesso a máquina de lavar roupa e 88,6% a micro-ondas. Apenas 6,8% tem computador e 4,5% carro próprio.

Importa referir que, apesar de uma elevada percentagem ter acesso a máquina de lavar roupa e a micro-ondas, os equipamentos são de usufruto comum nas imediações dos alojamentos coletivos, estando a utilização sujeita a pagamento nalguns dos casos.

Entre a população que reside com o agregado familiar, 100% tem telemóvel e máquina de lavar roupa, 55,6% tem micro-ondas, 22,2% computador, 77,8% televisão por cabo ou por parabólica e 88,9% acesso a internet em casa, através de rede doméstica. A

percentagem de migrantes com carro próprio sobe para 44,4% entre a população que reside com o agregado familiar.

EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar						População migrante inquirida que reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Telefone	1	2,3	-	-	1	2,3	1	11,1	-	-	1	11,1
Telemóvel	43	97,7	1	2,3	42	95,5	9	100	3	33,3	6	66,7
Máquina de lavar louça	4	9,1	-	-	4	9,1	2	22,2	1	11,1	1	11,1
Máquina de lavar roupa	35	79,5	1	2,3	34	77,3	9	100	3	33,3	6	66,7
Micro-ondas	39	88,6	1	2,3	38	86,4	5	55,6	1	11,1	4	44,4
Motorizada/motociclo	1	2,3	-	-	1	2,3	-	-	-	-	-	-
Automóvel	2	4,5	-	-	2	4,5	4	44,4	2	22,2	2	22,2
Computador	3	6,8	-	-	3	6,8	2	22,2	-	-	2	22,2
TV por cabo ou parabólica	5	11,4	-	-	5	11,4	7	77,8	3	33,3	4	44,4
Internet de acesso doméstico	5	11,4	-	-	5	11,4	8	88,9	3	33,3	5	55,6
Não responde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	44	100	1	2,3	43	97,7	9	100	3	33,3	6	66,7

Tabela 17 - Equipamentos domésticos de que dispõe a população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Da população inquirida que não reside com o agregado familiar, 70,5% habita em contentores da entidade patronal. Em 71% desses casos o alojamento é gratuito, sendo pago nos restantes 29%.

Existem ainda 25% a residir em habitações arrendadas no mercado privado formal e 4,5% com habitação subarrendada.

Entre a população migrante inquirida que reside com o agregado familiar, a maioria (55,6%) tem habitações arrendadas no mercado formal.

SITUAÇÃO FACE À HABITAÇÃO OU ALOJAMENTO	População migrante inquirida que não reside com o agregado familiar						População migrante inquirida que reside com o agregado familiar					
	TOTAL		F		M		TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arrendado no mercado privado formal	11	25	-	-	11	25	5	55,6	3	33,3	2	22,2
Arrendado em bairro clandestino ou de barracas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subarrendado	2	4,5	-	-	2	4,5	2	22,2	-	-	2	22,2
Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Casa de amigos (sem pagar renda)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contentor da entidade patronal	31	70,5	1	2,3	30	68,2	2	22,2	-	-	2	22,2
Não responde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	44	100	1	2,3	43	97,7	9	100	3	33,3	6	66,7

Tabela 18 - Situação face à habitação ou alojamento da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.5. Trajetória

Mais de metade da população migrante inquirida (52,8%) refere que escolheu residir em Portugal motivada pela facilidade de entrada e legalização no país, caindo para 18,9% o número de migrantes que escolheu Portugal pelas ofertas de emprego existentes. Existe ainda uma fatia de 7,5% que quis estudar em Portugal, correspondente a migrantes da Guiné-Bissau. A ascendência portuguesa como motivo para a chegada a Portugal ocupa apenas 5,7% dos casos e o reagrupamento familiar 11,3%.

A opção de residência no concelho de Ferreira do Alentejo prendeu-se, em 98,1% dos casos, com a oferta de empregos disponível.

MOTIVO PARA TER ESCOLHIDO PORTUGAL COMO LOCAL DE RESIDÊNCIA	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conhecimento da língua/ proximidade cultural	2	3,8	-	-	2	3,8
Ascendência portuguesa	3	5,7	-	-	3	5,7
Facilidade de entrada	28	52,8	2	3,8	26	49,1
Quis estudar em Portugal/ beneficiou de bolsa em Portugal	4	7,5	-	-	4	7,5
Reagrupamento familiar	6	11,3	-	-	6	11,3
Quis utilizar o sistema de saúde português/ abrigo de acordo de saúde	-	-	-	-	-	-
Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal	10	18,9	2	3,8	8	15,1
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 19 - Principal motivo da população migrante inquirida para ter escolhido Portugal como local de residência, total e por sexo, em número e percentagem

Em 69,8% dos casos, a população migrante inquirida deixou o país de origem por motivos económicos, 11,3% por motivos políticos, 9,4% para se reunir à família em Portugal e 5,7% para estudar.

MOTIVO PARA TER DEIXADO O PAÍS DE ORIGEM	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Motivos económicos/ emprego	37	69,8	2	3,8	35	66
Reunir-se à família	5	9,4	-	-	5	9,4
Estudar	3	5,7	-	-	3	5,7
Motivos políticos	6	11,3	2	3,8	4	7,5
Outro motivo	2	3,8	-	-	2	3,8
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 20 - Principal motivo da população migrante inquirida para ter deixado o país de origem, total e por sexo, em número e percentagem

A forma de migração mais comumente utilizada pela população migrante inquirida para chegar a Portugal foi individualmente, com recurso a meios próprios ou

familiares, verificada em 62,3% dos casos. Contudo, 22,6% das pessoas inquiridas refere ter vindo individualmente mas com a ajuda de terceiros e 7,5 diz ter chegado a Portugal em grupo com a ajuda de terceiros.

Das 16 pessoas inquiridas que dependeram do auxílio de terceiros, uma percentagem de 87,5% refere ter tido de pagar a alguém ou a alguma “organização” por esse apoio.

FORMA DE MIGRAÇÃO UTILIZADA	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sozinha/o, utilizando meios próprios ou familiares	33	62,3	3	5,7	30	56,6
Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares	2	3,8	-	-	2	3,8
Com a família, utilizando meios próprios ou familiares	2	3,8	1	1,9	1	1,9
Sozinha/o, com o auxílio de terceiros	12	22,6	-	-	12	22,6
Em grupo, com o auxílio de terceiros	4	7,5	-	-	4	7,5
Recrutamento feito por pessoa portuguesa	-	-	-	-	-	-
Integrada/o numa empresa que veio desenvolver atividade em Portugal	-	-	-	-	-	-
Outros casos	-	-	-	-	-	-
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 21 - Forma de migração utilizada pela população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

O passaporte foi o único documento utilizado por 41,5% da população migrante para chegar a Portugal, sendo este o método mais comum entre as comunidades venezuelana e africana.

O visto de “turista” foi utilizado por 39,6% da população inquirida, sendo o mais frequente junto das comunidades asiáticas. 13,2% refere ter utilizado visto de trabalho ou equivalente e 3,8% visto de estudante ou equivalente.

DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA ENTRAR EM PORTUGAL	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Apenas passaporte (sem qualquer visto)	22	41,5	3	5,7	19	35,8
Visto de “turista”	21	39,6	1	1,9	20	37,7
Visto de trabalho ou equivalente	7	13,2	-	-	7	13,2
Visto de estudante ou equivalente	2	3,8	-	-	2	3,8
Visto de estada temporária ou equivalente	-	-	-	-	-	-
Outra situação	-	-	-	-	-	-
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 22 - Documentos utilizados pela população migrante inquirida para entrar em Portugal, total e por sexo, em número e percentagem

A maioria da população imigrante inquirida (52,8%) já submeteu manifestação de interesse junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, encontrando-se a aguardar decisão dos serviços, enquanto 34% tem a situação totalmente regularizada. Existem, contudo, 13,2% em situação irregular, uma percentagem que abrange apenas migrantes de origem africana.

SITUAÇÃO LEGAL	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Situação regularizada	18	34	2	3,8	16	30,2
A aguardar decisão dos serviços	28	52,8	2	3,8	26	49,1
Sem situação regularizada	7	13,2	-	-	7	13,2
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 23 - Situação legal da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.6. Redes relacionais e participação cívica

Uma vez que a maioria da população migrante inquirida provém de países asiáticos, a língua mais habitualmente falada nas habitações ou alojamento é o Punjabi, partilhada pelas pessoas migrantes da Índia, Paquistão e Nepal, correspondendo a 30,2% do total.

A segunda língua mais comum é o Espanhol (24,5%) e a terceira o Crioulo (11,3%).

LÍNGUA UTILIZADA NA HABITAÇÃO OU ALOJAMENTO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crioulo	6	11,3	-	-	6	11,3
Espanhol	13	24,5	2	3,8	11	20,8
Francês	4	7,5	-	-	4	7,5
Inglês	1	1,9	-	-	1	1,9
Moldavo	1	1,9	1	1,9	-	-
Nepalês	4	7,5	-	-	4	7,5
Português	2	3,8	1	1,9	1	1,9
Punjabi	16	30,2	-	-	16	30,2
Wolof	2	3,8	-	-	2	3,8
Outra língua	3	5,7	-	-	3	5,7
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 24 - Língua utilizada na habitação ou alojamento pela população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

A multiplicidade de origens da população migrante inquirida residente no concelho de Ferreira do Alentejo encontra-se também espelhada na diversidade religiosa. Entre as pessoas inquiridas, verifica-se que a religião mais representada é a católica, com 30,2% do total, seguindo-se o Islamismo, com 24,5%, e o Hinduísmo com 13,2%.

RELIGIÃO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem religião	1	1,9	-	-	1	1,9
Budista	2	3,8	-	-	2	3,8

Católica	16	30,2	2	3,8	14	26,4
Hindu	7	13,2	-	-	7	13,2
Islâmica	13	24,5	-	-	13	24,5
Judaica	-	-	-	-	-	-
Ortodoxa	2	3,8	1	1,9	1	1,9
Protestante Evangélica	2	3,8	1	1,9	1	1,9
Sique	10	18,9	-	-	10	18,9
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 25 - Religião da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Por residirem, na sua larga maioria, em alojamentos coletivos, partilhados com migrantes da mesma nacionalidade, 88,7% da população inquirida refere ter nesses grupos as suas principais relações de amizade, sendo a eles que recorre em caso de emergência.

É, contudo, de salientar que 28,3% da população inquirida indicou os serviços públicos portuguesas, nomeadamente a PSP e a GNR, como principal contacto perante uma emergência.

PESSOA A QUEM RECORRERIA EM CASO DE EMERGÊNCIA	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amigas/os migrantes	19	35,8	-	-	19	35,8
Amigas/os de origem portuguesa	4	7,5	1	1,9	3	5,7
Colegas de trabalho	-	-	-	-	-	-
Vizinhas/os migrantes	-	-	-	-	-	-
Vizinhas/os de origem portuguesa	2	3,8	-	-	2	3,8
Familiares instalados em Portugal	7	13,2	2	3,8	5	9,4
Familiares residentes no estrangeiro	2	3,8	-	-	2	3,8
Serviços públicos portugueses	15	28,3	1	1,9	14	26,4
Serviços públicos do país de origem	-	-	-	-	-	-
Instituições religiosas	4	7,5	-	-	4	7,5

Associações privadas/ IPSS sem carácter religioso	-	-	-	-	-	-
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 26 - Pessoa ou entidade a que a população migrante inquirida recorrerá em caso de emergência, total e por sexo, em número e percentagem

A participação cívica da população imigrante inquirida é extremamente reduzida, existindo apenas 15,2% a integrar algum tipo de associação. Sete pessoas migrantes, todas venezuelanas, referem fazer parte do sindicato de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas. Apenas um migrante integra uma associação local.

PRÁTICAS DE ASSOCIATIVISMO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Associação local de migrantes do país de origem	-	-	-	-	-	-
Outro tipo de associação local (recreativa ou desportiva, etc)	1	1,9	-	-	1	1,9
Associação de mães e pais	-	-	-	-	-	-
Sindicato	6	13,3	1	1,9	5	9,4
Partido ou organização política	-	-	-	-	-	-
Outro tipo de associação	-	-	-	-	-	-
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 27 - Práticas de associativismo da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Nenhuma das pessoas migrantes inquiridas exerceu o direito de voto nas eleições locais do município. O facto justifica-se não só pela elevada percentagem que se encontra ainda em processo de legalização, não tendo direito formal de voto, como também pelo pouco tempo de permanência em território nacional.

2.2.7. Práticas culturais

Relativamente às práticas culturais relacionadas com gastronomia, 58,5% da população migrante refere consumir diariamente comida típica dos países de origem,

sendo esse o hábito mais comum entre todas as pessoas inquiridas. Contudo, dada a dificuldade de aquisição dos produtos típicos no comércio do concelho, a maioria (30,2%) diz adquiri-los apenas de vez em quando. O acesso a música e a websites dos países de origem é também uma prática diária, registando-se em 52,8% e 43,4% dos casos, respetivamente.

Apenas 9,4% diz ouvir música portuguesa diariamente, referindo uma maioria de 34% fazê-lo apenas de vez em quando. 20,8% da população inquirida refere nunca ouvir música portuguesa.

A participação em atividades coletivas é muito pouco frequente. 35,8% diz nunca ir a bailes ou a festas organizadas quer por pessoas dos países de origem quer por comunidades portuguesas. Um dos motivos apontados pretende-se com o alojamento junto às explorações agrícolas, fora de Ferreira do Alentejo e das aldeias do concelho, a que se associa a falta de transporte.

58,5% não frequenta qualquer atividade cultural organizada por pessoas dos países de origem e 43,4% nunca frequenta atividades culturais promovidas por comunidades portuguesas.

A prática desportiva também não é comum entre a população migrante inquirida, tendo 67,9% referido nunca participar em atividades desportivas organizadas por associações ou pessoas dos países de origem, caindo esse número para 62,3% quando organizadas por comunidades portuguesas. A ausência de transporte apresenta-se, mais uma vez, como principal motivo.

As idas ao café, tão enraizadas nos hábitos portugueses, ocorrem apenas uma vez por semana junto de 43,4% da população migrante inquirida. Mais uma vez, o alojamento fora das localidades é apontado como entrave à socialização.

O acesso a programas de televisão, programas de rádio e revistas e jornais é também muito raro. 52,8% diz nunca ver canais de televisão dos países de origem e 41,9% refere nunca ver canais de televisão portugueses. O principal motivo é a falta de equipamentos televisivos em todos os alojamentos coletivos junto às explorações agrícolas.

69,8% das pessoas inquiridas diz nunca ouvir programas de rádio para comunidades migrantes, 47,2% afirma nunca ler jornais ou revistas portuguesas e 52,8% nunca ler jornais ou revistas dos países de origem.

Uma maioria de 37,7% das pessoas inquiridas refere nunca utilizar vestuário tradicional do país de origem, sendo que apenas 5,7% diz fazê-lo diariamente.

Relativamente a práticas religiosas, 67,9% diz nunca frequentar atividades ministradas pela Igreja Católica Portuguesa e 77,4% refere nunca frequentar outras igrejas.

2.2.8. Integração

Quando questionada sobre o grau de dificuldade perante determinadas dimensões no processo de integração à chegada a Portugal, a maioria da população inquirida (43,4%) refere que a obtenção de uma profissão correspondente às habilitações literárias e experiência profissional é uma das grandes barreiras.

Recorde-se que 88,7% da população inquirida teve na agricultura o primeiro emprego em Portugal, sendo que esse era o ramo de atividade no país de origem de apenas 19,1%, o que justifica a atribuição do grau de dificuldade máximo (muito difícil) à obtenção de uma profissão correspondente.

A Língua Portuguesa e o acesso a habitação apresentam-se, para 41,5% das pessoas migrantes, como muito difíceis. A solidão ocupa o grau de dificuldade máximo para 35,8% dos casos e o acesso a transportes para 22,6%.

O processo de regularização/legalização é considerado, por 30,2% das pessoas inquiridas, muito fácil e, por 26,4%, muito difícil. De referir que, no primeiro grupo, constam migrantes da Índia, Nepal e Venezuela e, no segundo grupo, uma maioria de migrantes de países africanos.

As dimensões a que a população migrante inquirida atribui menor grau de dificuldade são a discriminação e o racismo (64,2%), o comportamento e as atitudes das pessoas portuguesas (62,3%) e o clima (52,8%).

Com vista a uma efetiva integração em território nacional, 94,3% da população inquirida afirma que ter trabalho é muito importante. O mesmo grau de importância no processo de integração é atribuído, por 90,6% das pessoas inquiridas, à capacidade de falar Português fluentemente, por 79,2% à obtenção de nacionalidade portuguesa, por 77,4% à aquisição de viatura própria e, por 69,8%, à possibilidade de compra de casa. 58,5% da população abrangida pelo estudo considera muito importante ter relações de amizade com pessoas portuguesas.

Ainda de nenhuma das 53 pessoas migrantes inquiridas tenha habitação própria e de apenas duas terem carro, tendo esses sido apontados por uma larga maioria como aspetos muito importantes para o processo de integração, 47,2% considera-se integrada.

24,5% da população inquirida diz-se pouco integrada e 18,9% muito integrada. Apenas 3,8% das pessoas inquiridas se considera nada integrada face a 5,7% que se considera plenamente integrada.

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Plenamente integrada/o	3	5,7	-	-	3	5,7
Muito integrada/o	10	18,9	2	3,8	8	15,1
Integrada/o	25	47,2	1	1,9	24	45,3
Pouco integrada/o	13	24,5	1	1,9	12	22,6
Nada integrada/o	2	3,8	-	-	2	3,8
Não Responde	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 28 - Nível de integração da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

De um modo geral, a população migrante conhece os serviços disponíveis no concelho e na região, recorrendo mais frequentemente àqueles que se encontram relacionados com o processo de integração e o mercado de trabalho.

92,5% das pessoas inquiridas já recorreu à Segurança Social, 90,6% à Repartição de Finanças, 88,7% ao banco, 83% ao SEF e 81,1% a uma das Juntas de Freguesia do concelho.

62,3% diz já ter utilizado os transportes coletivos no município, 45,3% já recorreu ao Centro de Saúde e 26,4% ao Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). Apenas 9,4% refere já ter recorrido à Câmara Municipal, existindo 17% de pessoas inquiridas que já frequentaram a Biblioteca.

SERVIÇOS A QUE JÁ RECORREU	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Câmara Municipal	5	9,4	1	1,9	4	7,5
Junta de Freguesia	43	81,1	4	7,5	39	73,6
CLAIM	14	26,4	1	1,9	13	24,5
SEF	44	83	4	7,5	40	75,5
Segurança Social	49	92,5	4	7,5	45	84,9
GNR	8	15,1	1	1,9	7	13,2
Repartição de Finanças	48	90,6	4	7,5	44	83
Centro de Saúde	24	45,3	4	7,5	20	37,7
Bancos	47	88,7	4	7,5	43	81,1
Transportes coletivos no município	33	62,3	4	7,5	29	54,7
Biblioteca Municipal	9	17	2	3,8	7	13,2
Escola	6	11,3	3	5,7	3	5,7
TOTAL DE PESSOAS INQUIRIDAS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 29 - Serviços a que a população migrante inquirida já recorreu, total e por sexo, em número e percentagem

A população migrante inquirida faz, de um modo geral, uma avaliação positiva dos serviços portugueses a que já recorreu. Contudo, os transportes coletivos no município são os que obtêm a avaliação mais negativa, com 15,1% a considerá-los deficientes e 17% a considerá-los muito deficientes.

2.2.9. Perceção sobre discriminação e racismo

Apesar de 64,2% da população migrante apontar a discriminação e o racismo como a dimensão com menor impacto no processo de integração à chegada a Portugal, 20,8% das pessoas inquiridas afirmam já ter sido discriminadas, nalguns casos em mais do que uma situação.

36,7% das que afirmam já ter vítimas de discriminação e/ou racismo referem que a situação discriminatória ocorreu no local de trabalho, tanto por parte da entidade

patronal como de colegas. A segunda situação mais frequente (27,8%) decorreu no acesso a um serviço público.

De salientar ainda que 18,2% das pessoas migrantes que foram alvo de discriminação e/ou racismo dizem tê-lo sido no processo de arrendamento de uma casa ou quarto, um valor igual àquelas que referem a ocorrência num supermercado ou numa loja.

SITUAÇÕES EM QUE EXISTIU DISCRIMINAÇÃO	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Num serviço público	3	27,8	1	9,1	2	18,2
Num banco/organismo de concessão de crédito	1	9,1	-	-	1	9,1
Numa entrevista de emprego	1	9,1	-	-	1	9,1
No arrendamento de uma casa/quarto	2	18,2	1	9,1	1	9,1
Nos transportes públicos	1	9,1	-	-	1	9,1
Num táxi	-	-	-	-	-	-
Num supermercado ou loja	2	18,2	-	-	2	18,2
Num café, restaurante ou serviço similar	1	9,1	-	-	1	9,1
No trabalho	4	36,7	-	-	4	36,7
Na escola	-	-	-	-	-	-
Outra situação	1	9,1	-	-	1	9,1
TOTAL DE PESSOAS QUE JÁ SENTIU DISCRIMINAÇÃO	11	100	2	18,2	9	81,8

Tabela 30 - Situações em que as pessoas migrantes inquiridas foram alvo de discriminação ou racismo, total e por sexo, em número e percentagem

Contudo, 49,1% da população inquirida considera que, de um modo geral, as pessoas migrantes não são discriminadas em Portugal, existindo uma fatia de 41,5% que afirma que as situações de discriminação, não sendo frequentes ou regulares, acontecem algumas vezes. Apenas 9,4% da população inquirida refere que é muito frequente a existência de discriminação e/ou racismo.

PERCEÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO EM PORTUGAL	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim, muitas vezes	5	9,4	-	-	5	9,4
Sim, algumas vezes	22	41,5	4	7,5	18	34
Não	26	49,1	-	-	26	49,1
Não responde	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE PESSOAS INQUIRIDAS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 31 - Perceção sobre a existência de discriminação em Portugal, total e por sexo, em número e percentagem

2.2.10. Relação com o país de origem

Relativamente às relações com o país de origem, importa salientar que 92,5% das pessoas migrantes inquiridas nunca regressou ao país de origem após a chegada a Portugal, apontando como principais motivos tanto as dificuldades económicas como a demora nos processos de legalização. Entre aquelas que regressaram (7,5%), os motivos foram acontecimentos ou assuntos familiares, negócios e férias.

FAMILIARES DEPENDENTES NOS PAÍSES DE ORIGEM	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Filhas/os	23	48,9	-	-	23	48,9
Mães e pais/sogras e sogros	36	76,6	2	4,3	34	72,3
Cônjuge	20	42,6	-	-	20	42,6
Irmãs/irmãos	29	61,7	1	2,1	28	59,6
Outros	2	4,3	-	-	2	4,3
TOTAL DE PESSOAS INQUIRIDAS COM FAMILIARES DEPENDENTES	47	100	3	6,4	44	93,6

Tabela 32 - Familiares dependentes nos países de origem da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Das 47 pessoas migrantes com familiares dependentes nos países de origem, 42 referem enviar remessas de dinheiro, uma percentagem que equivale a 89,4%. As restantes afirmam não conseguir fazê-lo por não terem possibilidades económicas para tal.

2.2.11. Perspetivas de futuro

Uma larga maioria da população migrante (83%) afirma não pretender viver noutro país que não Portugal, sendo que nenhuma das pessoas inquiridas mostrou interesse em voltar para o país de origem.

PRETENSÃO DE RESIDIR NOUTRO PAÍS	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	44	83	3	5,7	41	77,4
Sim, no país de origem	-	-	-	-	-	-
Sim, noutro país que não Portugal	7	13,2	1	1,9	6	11,3
Não responde	2	3,8	-	-	2	3,8
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 33 - Pretensão da população migrante inquirida de residir noutro país, total e por sexo, em número e percentagem

81,1% das pessoas inquiridas pretende trazer a família do país de origem e 28,3% refere pretender obter nacionalidade portuguesa.

Apenas 1,9% da população migrante inquirida diz não ter intenções de comprar casa em Portugal. 13,2% revela que ainda não pensou no assunto, existindo uma maioria de 66% que afirma pretender adquirir habitação própria mas que ainda não fez qualquer diligência nesse sentido. Porém, 17% já iniciou o processo de procura e compra de casa.

PRETENSÃO DE COMPRAR CASA EM PORTUGAL	População migrante inquirida					
	TOTAL		F		M	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não	1	1,9	-	-	1	1,9
Ainda não pensou no assunto	7	13,2	-	-	7	13,2
Sim, mas nunca fez nenhuma diligência nesse sentido	35	66	2	3,8	33	62,3
Sim e já fez diligências nesse sentido	9	17	2	3,8	7	13,2
Não Responde	1	1,9	-	-	1	1,9
TOTAIS	53	100	4	7,5	49	92,5

Tabela 34 - Pretensão de comprar casa em Portugal por parte da população migrante inquirida, total e por sexo, em número e percentagem

Das 44 pessoas inquiridas que pretende comprar casa em Portugal, 20 referem pretender fazê-lo no concelho de Ferreira do Alentejo, correspondendo esse valor a 45,5%.

2.3. Recenseamento de problemas, necessidades e recursos disponíveis por área de intervenção

O recenseamento de problemas e necessidades, tanto das comunidades migrantes como das equipas técnicas que atuam no território, foi efetuado em três momentos distintos: através do Diagnóstico Social de Ferreira do Alentejo, realizado em 2019, através de workshops participativos com as várias comunidades migrantes e através de workshops participativos com a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes. As sessões realizadas permitiram ainda a apresentação de propostas de ação, aqui identificadas por área de intervenção.

O mapeamento dos recursos disponíveis resultou da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Migrantes e da Diversidade e do preenchimento, por parte de algumas entidades, de grelhas de identificação e caracterização de stakeholders.

2.3.1. Serviços de acolhimento e integração

Em termos de recursos disponíveis, o concelho de Ferreira do Alentejo tem em funcionamento, desde janeiro de 2019, um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes. O serviço é gerido pela Cáritas Diocesana de Beja, resulta de uma parceria com a Câmara Municipal e realiza atendimentos presenciais, às quintas-feiras, entre as 16h30 e as 19h00.

O CLAIM tem como missão fomentar o acolhimento e a integração de pessoas migrantes, dando resposta a necessidades relacionadas com o processo de legalização e obtenção de nacionalidade, reagrupamento familiar, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação e formação profissional, segurança social e apoio social. Disponibiliza ainda informação sobre direitos das pessoas migrantes através de um folheto em Francês e Inglês.

De acordo com o IMAD, o serviço atendeu, no primeiro ano de funcionamento, um total de 17 migrantes no concelho.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Falta de serviços de apoio ao acolhimento e integração;	Morosidade nos processos de legalização	Falta de uniformização dos atendimentos pelas equipas técnicas dos vários serviços	Criação e distribuição de um Kit de Acolhimento em multilingue, com informação sobre os serviços disponíveis, o processo de acolhimento e integração e direitos das pessoas migrantes;
Desconhecimento do fenómeno migratório;	Desconhecimento dos serviços de apoio ao acolhimento e à integração		Criação de gabinete de apoio a migrantes com mediação cultural.
Falta de informação estatística sobre a realidade local	disponíveis no concelho	Falta de uniformização dos atendimentos pelas equipas técnicas dos vários serviços	

Tabela 35 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Serviços de acolhimento e integração"

2.3.2. Urbanismo e habitação

A caracterização da população migrante apresentada no Diagnóstico Local revela uma elevada percentagem de pessoas a residir em alojamentos coletivos de trabalhadoras e trabalhadores junto às explorações agrícolas e em habitações sobrelotadas nas várias localidades do concelho de Ferreira do Alentejo.

No âmbito da intervenção nas áreas do urbanismo e da habitação, as Juntas de Freguesia apresentam-se como um recurso fundamental, dada a sua responsabilidade na emissão de atestados de residência.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Falta de habitações	Falta de habitações	Falta de habitações	Criação de uma Estratégia Local de Habitação
Alojamento precário	Alojamento precário	Alojamento precário	Regulamentação do alojamento coletivo de trabalhadoras e trabalhadores
Sobrelocação das habitações	Sobrelocação das habitações	Sobrelocação das habitações	Disponibilização de alojamento para migrantes e famílias
	Preço elevado das habitações	Habitação em espaços sem licença de habitabilidade	Aumento/incremento da fiscalização das condições de habitabilidade
	Existência de habitações para venda mas não para arrendamento	Insuficiente mercado de arrendamento	Mediação de arrendamento para migrantes com o envolvimento das empresas empregadoras
		Mercado especulativo e desregulado	Sensibilização da comunidade de acolhimento para o arrendamento
		Inexistência de regulamentação específica de alojamento coletivo de trabalhadoras e trabalhadores	

Tabela 36 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Urbanismo e habitação"

2.3.3. Mercado de trabalho e empreendedorismo

Apesar de não existir no concelho de Ferreira do Alentejo qualquer serviço específico destinado exclusivamente a comunidades migrantes na área do mercado de trabalho e do empreendedorismo, o município tem disponível um Gabinete de Inserção Profissional, que presta apoio a pessoas em situação de desemprego.

No âmbito da parceria estabelecida para implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, a Cáritas Diocesana de Beja tem igualmente disponível um Serviço de Empregabilidade, acessível a toda a população.

O Serviço de Estratégia e Economia disponibilizado pelo município presta informação sobre estímulos à criação de empresas, existindo um Ninho de Empresas disponível para pessoas empreendedoras.

A ESDIME, enquanto parceira na implementação do PMIM, dispõe de ações de informação, capacitação e promoção do empreendedorismo, sobretudo com recurso ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

A agricultura é o principal ramo de atividade das comunidades migrantes que chegam ao concelho. Porém, a sazonalidade da atividade e a dificuldade de articulação entre as várias empresas que operam no setor limitam a fixação de migrantes no território e remetem as trabalhadoras e os trabalhadores para situações de precariedade laboral.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Exploração laboral	Precariedade/baixos rendimentos	Precariedade/baixos rendimentos	Criação de regime jurídico que responsabilize as explorações agrícolas
Tráfico de seres humanos	Sazonalidade da atividade agrícola	Sazonalidade da atividade agrícola	Criação de Bolsa de Trabalhadoras e Trabalhadores Agrícolas, que permita gerir a sazonalidade
Precariedade/baixos rendimentos	Incumprimento de pagamentos à Segurança Social por parte das entidades empregadoras	Falta de concertação entre empresas para gestão da sazonalidade	Sessões de informação/sensibilização sobre questões laborais
Sazonalidade da atividade agrícola	Desconhecimento dos serviços disponíveis de apoio à inserção profissional		
Falta de concertação entre empresas para gestão da sazonalidade			
Dificuldade de inserção profissional das pessoas migrantes			
Dificuldade de fiscalização/regulação das empresas de trabalho temporário incumpridoras			
Défice de recursos humanos nos serviços com competências em matéria de promoção da legalidade migratória e controlo das condições de trabalho (SEF e ACT)			

Tabela 37 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Mercado de trabalho e empreendedorismo"

2.3.4. Educação e língua

No ano letivo de 2019/20 estiveram matriculados nas sete escolas do Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo 722 crianças e jovens, entre as quais 40 migrantes (5,5%), na sua maioria de países europeus.

O projeto educativo do agrupamento não contempla a dimensão da interculturalidade ou da migração. Contudo, o agrupamento tem disponível a disciplina de Português Língua Não Materna.

Apesar de uma elevada percentagem da população migrante não dominar o Português, o concelho não dispõe de qualquer iniciativa de apoio à aprendizagem da língua.

Diagnóstico Social	PROBLEMAS/NECESSIDADES		PROPOSTAS DE AÇÃO
	Migrantes	Stakeholders	
Falta de domínio da Língua Portuguesa	Falta de domínio da Língua Portuguesa	Falta de domínio da Língua Portuguesa	Implementação de iniciativas de apoio à aprendizagem através de formação formal, promovida pelo IEFP de forma descentralizada, e informal, através de voluntariado
	Inexistência de iniciativas de apoio à aprendizagem	Dificuldade de reconhecimento das habilitações literárias	
	Dificuldade de reconhecimento das habilitações literárias	Desvalorização da importância do percurso escolar por parte de algumas comunidades	
			Sensibilização para a valorização do percurso escolar
			Alteração da legislação no sentido de tornar obrigatória a frequência intensiva da disciplina de Português Língua Não Materna antes da inserção nas turmas

Tabela 38 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Educação e língua"

2.3.5. Capacitação e formação

Os recursos disponíveis no território em termos de capacitação e formação resultam da parceria criada para implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

A ESDIME disponibiliza ações de capacitação para a inclusão, no sentido de promover a inclusão social e o combate à pobreza e à discriminação, e ações de capacitação técnica, com vista ao aprofundamento do fenómeno migratório no âmbito das redes sociais e económicas.

Através do Gabinete VERA – Vítimas em Rede de Apoio disponibiliza ainda sessões de informação, sensibilização e capacitação para as questões da igualdade e da violência doméstica.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Baixa escolaridade e qualificação das comunidades migrantes	Necessidade de formação específica nas áreas da Higiene e Segurança no Trabalho e Primeiros Socorros	Desconhecimento da legislação laboral em torno da formação obrigatória	Encaminhamento para reconhecimento de competências pelo IEFP
Falta de qualificações específicas		Desconhecimento do processo de reconhecimento de competências	Aumento/incremento da fiscalização a empresas no âmbito do cumprimento da formação obrigatória

Tabela 39 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Capacitação e formação"

2.3.6. Cultura

Através da parceria com a ESDIME, o concelho de Ferreira do Alentejo passa a dispor de ações de intervenção comunitária, que visem promover a interculturalidade.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Défi ce de iniciativas de promoção da interculturalidade	Dificuldade de acesso aos equipamentos culturais e desportivos	Desconhecimento, por parte da comunidade de acolhimento e das comunidades migrantes, da identidade e tradições de cada país	Promoção de iniciativas de educação intercultural Promoção de iniciativas de intercâmbio gastronómico Sensibilização do comércio local para a venda de produtos típicos dos países

Desconhecimento, por parte da comunidade de acolhimento, da gastronomia típica das várias comunidades migrantes	de origem das pessoas migrantes Inserção de conteúdos que potenciem a manifestação artística e cultural nos cursos informais de Língua Portuguesa
---	--

Tabela 40 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Cultura"

2.3.7. Saúde

Os serviços de saúde disponíveis no concelho encontram-se acessíveis a toda a população, independentemente da nacionalidade ou situação legal no país. Não obstante existirem profissionais de saúde migrantes em exercício de funções, o Centro de Saúde não dispõe de quaisquer serviços que permitam colmatar a barreira linguística existente com as comunidades.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
	Dificuldade de acesso aos serviços de saúde	Barreira linguística	Formação de equipas técnicas para atendimento a migrantes
	Falta de uniformização de procedimentos no atendimento a migrantes	Riscos de Saúde Pública derivados das parcas condições de habitabilidade	Uniformização de procedimentos
		Desconhecimento do funcionamento dos serviços	Sessões de informação sobre o funcionamento dos serviços de saúde destinadas a migrantes

Tabela 41 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Saúde"

2.3.8. Solidariedade e resposta social

Embora não existam no concelho serviços específicos de apoio social à população migrante, nenhuma das entidades que atua na área da Intervenção Social exclui apoio em função da nacionalidade.

No âmbito da parceria firmada para implementação do PMIM, a Cáritas Diocesana de Beja apresenta-se como um recurso disponível, colaborando no âmbito dos Serviços de Apoio Social da Diocese através dos grupos paroquiais de ação social.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Existência de famílias migrantes dependentes dos serviços de ação social		Desconhecimento, por parte de migrantes, das respostas sociais existentes Respostas sociais insuficientes para o número de migrantes no concelho	Formação de equipas técnicas para atendimento a migrantes Uniformização de procedimentos entre todas as entidades que atuam na área da Intervenção Social Sessões de informação para migrantes sobre as respostas sociais existentes e formas de acesso

Tabela 42 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Solidariedade e resposta social"

2.3.9. Cidadania e participação cívica

A ESDIME é um dos recursos disponíveis no concelho para promoção da cidadania e da participação cívica, dispondo de ações de intervenção comunitária e de sessões de informação, capacitação e sensibilização para o associativismo.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Comportamentos desajustados de algumas comunidades migrantes Dificuldade de integração por parte de algumas comunidades migrantes	Alojamento fora das localidades e rede de transportes deficitária como entrave à participação em atividades comunitárias	Desconhecimento, por parte das comunidades migrantes, das iniciativas comunitárias existentes Desconhecimento, por parte das comunidades	Promoção de atividades interculturais

Reduzida participação das pessoas migrantes na vida comunitária

migrantes, dos direitos e deveres cívicos

Tabela 43 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Cidadania e participação cívica"

2.3.10. Media e sensibilização da opinião pública

Apesar de o concelho não dispor de media étnicos de iniciativa local de migrantes ou para migrantes, o fenómeno migratório, a diversidade cultural e a integração de migrantes são temas anualmente abordados em discursos oficiais do executivo da Câmara, no Boletim Municipal e na página de internet do município.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
		Discriminação por parte da comunidade de acolhimento para com as pessoas migrantes	<p>Promoção de atividades interculturais</p> <p>Sessões de informação sobre o fenómeno migratório</p> <p>Promoção de programas sobre migrações e interculturalidade na rádio local</p>

Tabela 44 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Media e sensibilização da opinião pública"

2.3.11. Racismo e discriminação

De acordo com os dados fornecidos pela GNR de Ferreira do Alentejo existe, entre a comunidade de acolhimento, um crescente sentimento de insegurança perante o aumento exponencial do número de migrantes no concelho.

Ainda que o preenchimento do IMAD não registe qualquer caso de discriminação ou racismo, a caracterização da população migrante residente, anteriormente apresentada, indica que uma percentagem de 20,8% das pessoas inquiridas já se sentiu

discriminada em serviços públicos, em bancos, no processo de arrendamento de uma casa ou quarto e num supermercado ou loja.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
Discriminação e hostilidade mútuas entre sociedade de acolhimento e comunidades migrantes	Existência de discriminação no acesso a serviços públicos, bancos, arrendamento de casos, supermercados e lojas	Inexistência de dados registados na GNR quanto a situações de discriminação e racismo Existência de discriminação para com algumas comunidades migrantes derivadas da falta de higiene, consumo de álcool e atitudes conflituosas	Promoção de ações de informação/sensibilização para o combate à discriminação e ao racismo Promoção de ações de sensibilização para o combate ao racismo junto da comunidade escolar

Tabela 45 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Racismo e discriminação"

2.3.12. Reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas

A dimensão do reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas não foi considerada durante os workshops participativos realizados com os stakeholders no âmbito do processo de conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo.

2.3.13. Relações internacionais

Apesar da atual interculturalidade existente no concelho de Ferreira do Alentejo, o município não dispõe ainda de uma política de cooperação internacional, pelo que não se encontra firmada qualquer relação institucional com os países de origem das principais comunidades migrantes a residir no concelho.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
		Inexistência de comunicação com os países de origem das comunidades migrantes	Estabelecimento de comunicação institucional com entidades dos países de origem das pessoas migrantes
			Celebração de protocolos interculturais/protocolos de disponibilização de mão-de-obra

Tabela 46 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Relações internacionais"

2.3.14. Religião

O concelho de Ferreira do Alentejo não dispõe de qualquer espaço de culto que reflita a diversidade religiosa existente no território.

De acordo com a grelha de identificação e caracterização de stakeholders preenchida pelas entidades parceiras, o único recurso existente neste âmbito parte do Centro Social e Paroquial de Odivelas. A organização disponibiliza-se, no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, para fazer acompanhamento espiritual às pessoas migrantes cristãs e promover momentos de culto entre as várias religiões associadas ao Cristianismo.

PROBLEMAS/NECESSIDADES			PROPOSTAS DE AÇÃO
Diagnóstico Social	Migrantes	Stakeholders	
		Inexistência de espaços apropriados para o culto	Promoção do diálogo inter-religioso
		Desconhecimento e desconfiança da sociedade de acolhimento para com a diversidade religiosa das comunidades migrantes	

Tabela 47 - Recenseamento de problemas e propostas de ação na dimensão "Religião"

2.3.15. Igualdade de género

O concelho de Ferreira do Alentejo dispõe dos serviços do Gabinete VERA – Vítimas Em Rede de Apoio, uma estrutura da ESDIME dedicada ao atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica, que se constitui como uma resposta social especializada, disponível para promover sessões de sensibilização e informação para as questões da igualdade de género e encaminhar para apoio jurídico, psicológico e social.

Ainda que a dimensão não tenha sido abordada nos workshops participativos, o Diagnóstico Social refere a existência de situações de violência doméstica nas comunidades migrantes. Também a GNR indica, através do preenchimento da grelha de identificação e caracterização de stakeholders, o registo de situações de agressão sexual entre pessoas migrantes.

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo apresenta-se como um instrumento de planeamento estratégico e de intervenção local que promova o efetivo acolhimento e integração de migrantes, numa ótica de redução da pobreza e da exclusão social destas comunidades, promovendo a interculturalidade e combatendo o racismo e a discriminação.

A conceção do PMIM incluiu a realização de um diagnóstico local, o recenseamento dos problemas e das necessidades sentidas quer pelas pessoas migrantes quer pelas equipas técnicas que atuam no território e o mapeamento dos recursos disponíveis.

A definição de objetivos estratégicos e operacionais, bem como de medidas de ação e metas a executar, assentam no levantamento efetuado e numa abordagem participativa.

3.1. Dimensão estratégica

As estratégias de intervenção no âmbito da implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes foram definidas com base no diagnóstico local realizado, encontrando-se alinhadas com o Plano de Desenvolvimento Social de Ferreira do Alentejo.

Em função dos resultados apresentados em diagnóstico, das prioridades identificadas e dos recursos disponíveis, considerou-se ser essencial a inclusão da “Mobilidade” como área de intervenção que não se encontrava inicialmente prevista.

A opção de não serem criadas medidas específicas para a área de intervenção “Reconhecimento e prevenção de práticas tradicionais nefastas” prende-se com a ausência de indicadores no território, sendo a mesma abordada no âmbito da “Igualdade de género”.

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento e Integração	Promover rede local de acolhimento e integração de migrantes	Nº de entidades envolvidas em rede local de acolhimento Nº de novos serviços criados Nº de pessoas NPT atendidas/acompanhadas	Trabalho em rede das instituições locais em torno da problemática da migração Reforço da rede de recursos para acolhimento e integração de migrantes
Urbanismo e Habitação	Melhorar as condições de habitação da população migrante	Aprovação de políticas locais de habitação Variação do número de pessoas NPT em alojamentos sobrelotados	Estruturação de novas políticas locais de habitação dirigidas à população migrante
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Diminuir a precariedade do mercado de trabalho Promover o empreendedorismo na comunidade migrante	Nº de empresas envolvidas Nº de pessoas NPT apoiadas em atividades empreendedoras	Concertação das empresas na diminuição da precariedade associada ao carácter sazonal da atividade agrícola Serviços de apoio à promoção do empreendedorismo na comunidade migrante
Educação e Língua	Melhorar as competências da população migrante na Língua Promover políticas educativas inclusivas	Nº de pessoas NPT que frequentaram ações de formação formal e informal Nº de pessoas NPT abrangidas por ações específicas da escola	Ações de formação formal e informal da Língua Portuguesa Ações específicas na escola para população migrante
Capacitação e Formação	Ajustar as competências da comunidade migrante às necessidades de formação das empresas locais	Nº de empresas e de entidades formadoras envolvidas em definição de planos de ação de formação Nº de pessoas NPT que frequentaram ações de formação	Concertação entre empresas e entidades formadoras na definição de planos de formação Ações que respondam às necessidades das pessoas migrantes
Cultura	Promover o diálogo e o conhecimento intercultural	Nº de ações realizadas	Organização de ações interculturais
Saúde	Promover o acesso da população migrante aos cuidados de saúde	Nº de reuniões realizadas com serviços e profissionais de saúde	Ações com serviços de saúde para avaliar dificuldades na prestação de cuidados

		Nº de pessoas NPT sensibilizadas	de saúde à população migrante Ações de informação e sensibilização à população migrante sobre direitos e deveres
Solidariedade e Resposta Social	Promover a inclusão social e o acesso a apoio social da comunidade migrante	Nº de reuniões realizadas com serviços sociais Nº de pessoas NPT sensibilizadas	Ações com serviços sociais para avaliar adequação de respostas sociais à população migrante Ações de informação e sensibilização à população migrante sobre os serviços de apoio social disponíveis na comunidade
Cidadania e Participação Cívica	Aumentar a participação das pessoas migrantes na vida da comunidade local	Nº de pessoas NPT envolvidas em atividades comunitárias	Promover o envolvimento das pessoas migrantes em dinâmicas participativas da comunidade local
Religião	Promover o diálogo e o conhecimento inter-religioso	Nº de ações realizadas	Organização de ações inter-religiosas
Media e Sensibilização da Opinião Pública	Sensibilizar a sociedade de acolhimento para a interculturalidade	Nº de ações realizadas	Iniciativas de sensibilização sobre o fenómeno migratório e a interculturalidade na comunidade em geral e em grupos específicos Organização de iniciativas interculturais
Racismo e Discriminação	Sensibilizar a sociedade de acolhimento para o combate ao racismo, xenofobia e discriminação	Nº de ações realizadas	Iniciativas de sensibilização sobre o fenómeno migratório e a interculturalidade na comunidade em geral e em grupos específicos Organização de iniciativas interculturais
Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas	_____	_____	_____
Relações Internacionais	Promover o contacto com as embaixadas de países de origem das pessoas migrantes presentes no território	Nº de ações realizadas	Organização de ações institucionais com embaixadas sobre temas diversos: cultura, recursos humanos, etc

Igualdade de Género	Sensibilizar as comunidades migrantes para as questões da igualdade de género e da violência doméstica	Nº de ações realizadas	Envolvimento do Gabinete Vera na promoção de ações de sensibilização sobre igualdade de género e violência doméstica
Mobilidade	Melhorar a mobilidade da comunidade migrante no território	Nº de ações realizadas Nº de empresas envolvidas	Ações de sensibilização sobre o cumprimento das regras da estrada Envolvimento das empresas na criação de soluções de mobilidade para os migrantes

Tabela 48 - Tabela-resumo da Dimensão Estratégica

3.2. Dimensão operacional

A dimensão operacional do Plano para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo consiste na definição de objetivos específicos, que se traduzam em medidas de ação, metas a alcançar e prioridades, com identificação de indicadores e entidades responsáveis, tendo em conta a capacidade de intervenção do município e da parceria estabelecida.

As tabelas-resumo que a seguir se apresentam encontram-se divididas por área específica de intervenção.

3.2.1. Serviços de acolhimento e integração

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Serviços de Acolhimento e Integração	Promover rede local de acolhimento e integração de migrantes	Consolidar o trabalho em rede das instituições locais em torno da problemática da migração	Criação e dinamização de Comissão Local da Interculturalidade	2	14 entidades envolvidas	Nº de entidades envolvidas	Município; SEF; ACT; Centro de Saúde; Agrupamento de Escolas; IEFP; Segurança Social; Cáritas; empresas; representantes das pessoas migrantes
		Reforçar a rede de recursos para acolhimento e integração de migrantes	Criação de serviço de mediação intercultural	2	100 pessoas NPT acompanhadas/ atendidas por Plano 250 mediações/Plano 8 reuniões com entidades/Plano	Nº de pessoas NPT acompanhadas/ atendidas por Plano Nº de mediações efetuadas/Plano Nº de reuniões com entidades/Plano	Cáritas Diocesana de Beja
			Produção e distribuição de Kit de Acolhimento	2	1 Kit de Acolhimento produzido/Plano 750 Kits de Acolhimento distribuídos/Plano	Nº de Kits de Acolhimento produzidos/Plano Nº de Kits de Acolhimento distribuídos/Plano	Município
		Criação do Observatório da Migração	2	2 relatórios produzidos/ano	Nº de relatórios produzidos/ano	ESDIME	
		Reforço do CLAIM	1	Prolongamento do financiamento do CLAIM	Financiamento do CLAIM	Cáritas Diocesana de Beja	

			Reforço do GIP Imigrante	1	Prolongamento do financiamento do GIP Imigrante	Financiamento do GIP Imigrante	Cáritas Diocesana de Beja
--	--	--	---------------------------------	---	---	--------------------------------	---------------------------

Tabela 49 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Serviços de acolhimento e integração"

3.2.2. Urbanismo e habitação

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Urbanismo e Habitação	Melhorar as condições de habitação da população migrante	Estruturar novas políticas locais de habitação dirigidas à população migrante	Elaboração de Estratégia Local de Habitação	2	Estratégia Local de Habitação elaborada até 2021	Prazo de elaboração da Estratégia	Município
			Regulamentação de alojamento coletivo de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas	1	3 empresas envolvidas/ Plano	Nº de empresas envolvidas na implementação de soluções de alojamento	Empresas, Município, USLBA.

Tabela 50 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Urbanismo e habitação"

3.2.3. Mercado de trabalho e empreendedorismo

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Mercado de trabalho e Empreendedorismo	Diminuir a precariedade do mercado de trabalho	Promover a concertação das empresas na diminuição da precariedade associada ao carácter sazonal da atividade agrícola	Criação de Bolsa de Trabalhadoras e Trabalhadores Agrícolas	1	5 empresas envolvidas/Plano	Nº de empresas envolvidas na constituição da Bolsa	Empresas; Município; IEFP.
	Promover o empreendedorismo na comunidade migrante	Disponibilizar serviços de apoio à promoção do empreendedorismo na comunidade migrante	Dinamização do programa Empreender Intercultural	1	Atendimento a 100% de pessoas NPT com interesse em empreender no concelho	Nº de pessoas NPT atendidas	Município, Cáritas Diocesana de Beja; IEFP; ADTR; ESDIME; ALCC.

Tabela 51 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Mercado de trabalho e empreendedorismo"

3.2.4. Educação e língua

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Educação e Língua	Melhorar as competências da população migrante em matéria de Língua Portuguesa	Promover ações de formação formal e informal de Língua Portuguesa	Promoção de ações de formação de Língua Portuguesa	1	2 ações de formação/Plano 52 pessoas NPT envolvidas/Plano	Nº de ações a realizar/Plano Nº de pessoas NPT envolvidas em ações de formação de Língua Portuguesa/Plano	IEFP, Entidades formadoras
			Promoção de formação Português Online	1	Projeto de voluntariado implementado	Implementação de projeto de voluntariado para promoção de curso informal de Português Online	Município, Empresas
	Promover políticas educativas inclusivas	Promover ações específicas na escola para a população migrante	Promoção de programa de Educação Intercultural	1	2 ações realizadas/Plano	Nº de ações realizadas/Plano	Cáritas Diocesana de Beja, Agrupamento de Escolas

Tabela 52 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Educação e língua"

3.2.5. Capacitação e formação

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Capacitação e Formação	Ajustar as competências da comunidade migrante às necessidades de formação das empresas locais	Promover concertação entre empresas e entidades formadoras na definição de planos de formação	Criação de Plano Integrado de Formação para Atividades Agrícolas	1	1 Plano Integrado anual realizado	Conceção anual de Plano	IEFP, Empresas
		Promover ações que respondam às necessidades das pessoas migrantes	Promoção de ações de formação	1	50 pessoas NPT em ações de formação/ Plano	Nº de pessoas NPT abrangidas/ Plano	IEFP, Entidades formadoras, Empresas

Tabela 53 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Capacitação e formação"

3.2.6. Cultura

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Cultura	Promover o diálogo e o conhecimento intercultural	Dinamizar ações interculturais	Promoção de ações interculturais de índole diversa	2	1 evento anual realizado 100 pessoas NPT envolvidas/Plano 400 pessoas da comunidade de acolhimento envolvidas/Plano	Nº de eventos/ ano Nº pessoas NPT envolvidas/Plano Nº de pessoas da comunidade de acolhimento envolvidas/Plano	Município e todas as entidades da parceria

Tabela 54 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Cultura"

3.2.7. Saúde

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Saúde	Promover o acesso da população migrante aos cuidados de saúde	Promover ações com serviços de saúde para aumentar a competência das equipas de profissionais nos cuidados à população migrante	Dinamização do programa Saúde Intercultural	1	2 ações realizadas/ano	Nº de ações/ano	Cáritas Diocesana de Beja, ULSBA, Município e restantes entidades parceiras
		Promover ações de informação e sensibilização à população migrante sobre direitos e deveres no acesso a serviços de saúde		1	2 ações de sensibilização realizadas com as pessoas NPT/ano	Nº de ações de sensibilização realizadas com pessoas NPT/ano	

Tabela 55 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Saúde"

3.2.8. Solidariedade e resposta social

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Solidariedade e Resposta Social	Promover a inclusão social e o acesso a apoio social da comunidade migrante	Promover ações com serviços sociais para avaliar adequação de respostas sociais à população migrante	Dinamização do programa Solidariedade Intercultural	1	1 ação realizada com serviços sociais/ano	Nº de ações com serviços sociais/ano	IPSS, Município, Segurança Social
		Promover ações de informação e sensibilização à população migrante sobre os serviços de apoio social disponíveis na comunidade		1	2 ações de sensibilização realizadas com pessoas NPT/ano	Nº de ações de sensibilização com NPT/ano	Cáritas Diocesana de Beja, Segurança Social

Tabela 56 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Solidariedade e resposta social"

3.2.9. Cidadania e participação cívica

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Cidadania e Participação Cívica	Aumentar a participação das pessoas migrantes na vida da comunidade local	Promover o envolvimento das pessoas migrantes em dinâmicas participativas da comunidade local	Constituição de Associação de Migrantes	2	1 Associação constituída até fim de 2021	Prazo de constituição da associação	Cáritas Diocesana de Beja
			Promoção de Associações + Interculturais	2	40 pessoas NPT envolvidas em atividades das associações locais/Plano	Nº de pessoas NPT envolvidas em atividades de associações locais	Cáritas Diocesana de Beja Município

Tabela 57 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Cidadania e participação cívica"

3.2.10. Media e sensibilização da opinião pública

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Media e Sensibilização da Opinião Pública	Sensibilizar a sociedade de acolhimento para a interculturalidade	Promover iniciativas de sensibilização sobre o fenómeno migratório e a interculturalidade na comunidade em geral e em grupos específicos	Promoção de programa de Educação Intercultural	1	2 ações de sensibilização realizadas/Plano	Nº de ações realizadas/Plano	Cáritas Diocesana de Beja, Agrupamento de Escolas
			Promoção de ações interculturais de índole diversa	2	1 evento anual realizado 100 pessoas NPT participantes/Plano 400 pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Nº de eventos/ano Nº de pessoas NPT participantes/Plano Nº de pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Cáritas Diocesana de Beja
			Dinamização de programa de rádio sobre interculturalidade	2	1 programa semanal sobre interculturalidade	Nº de programas de rádio dinamizados	Rádio Singa, Comunidades migrantes

Tabela 58 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Media e sensibilização da opinião pública"

3.2.11. Racismo e discriminação

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Racismo e Discriminação	Sensibilizar a sociedade de acolhimento para o combate ao racismo, xenofobia e discriminação	Promover iniciativas de sensibilização sobre o fenómeno migratório e a interculturalidade na comunidade em geral e em grupos específicos	Promoção de programa de Educação Intercultural	1	2 ações de sensibilização realizadas/ano	Nº de ações realizadas/ano	Cáritas Diocesana de Beja, Agrupamento de Escolas
			Promoção de ações interculturais de índole diversa	2	1 evento realizado/ano 100 pessoas NPT participantes/Plano 400 pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Nº de eventos/ano Nº de pessoas NPT participantes/Plano Nº de pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Cáritas Diocesana de Beja
			Dinamização de programa de rádio sobre interculturalidade	1	1 programa semanal sobre interculturalidade	Nº de programas realizados	Rádio Singa, Comunidades migrantes

Tabela 59 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Racismo e discriminação"

3.2.12. Relações internacionais

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Relações Internacionais	Promover o contacto com as embaixadas de países de origem dos migrantes presentes no território	Organização de ações institucionais com embaixadas sobre temas diversos: cultura, recursos humanos	Promoção de ações interculturais de índole diversa	1	1 evento realizado/ano 100 pessoas NPT participantes/Plano 400 pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Nº de eventos/ano Nº de pessoas NPT participantes/Plano Nº de pessoas da comunidade de acolhimento participantes/Plano	Município
			Realização de encontros de trabalho sobre recursos humanos	1	1 evento realizado/ano	Nº de eventos/ano	Município, Empresas

Tabela 60 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Relações internacionais"

3.2.13. Religião

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Religião	Promover o diálogo e o conhecimento inter-religioso	Promover a realização de ações inter-religiosas	Dinamização de ações de diálogo inter-religioso	1	1 evento realizado/ano	Nº de eventos/ano	Paróquia, Cáritas Diocesana de Beja

Tabela 61 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Religião"

3.2.14. Igualdade de género

Área	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Igualdade de Género	Sensibilizar as comunidades migrantes para a igualdade de género e a violência doméstica	Promoção de ações de sensibilização sobre igualdade de género, violência doméstica e prevenção de práticas tradicionais nefastas	Promoção de ações de sensibilização sobre igualdade de género, violência doméstica e práticas tradicionais nefastas	2	4 ações de sensibilização/ano 20 pessoas NPT envolvidas/ano	Nº de ações de sensibilização/ano Nº pessoas NPT envolvidas/ano	ESDIME, Município

Tabela 62 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Igualdade de género"

3.2.15. Mobilidade

Áreas	Objetivo estratégico	Objetivos específicos	Medidas	Nível de priorização	Metas	Indicadores	Responsáveis/ Parceria
Mobilidade	Melhorar a mobilidade da comunidade migrante no território	Ações de sensibilização sobre o cumprimento das regras da estrada	Fomento da mobilidade em segurança junto das comunidades migrantes	1	2 ações de sensibilização realizadas/ano	Nº de ações de sensibilização/ano	GNR, Empresas
		Envolvimento de outras entidades na criação de soluções de mobilidade para as pessoas migrantes	Implementação do plano Mobilidade Intercultural	1	Plano de mobilidade implementado	Implementação de plano de mobilidade	Município, Empresas, Freguesias, Associações, GNR

Tabela 63 - Tabela-resumo da dimensão operacional da área de intervenção "Mobilidade"

3.3. Monitorização e avaliação

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Ferreira do Alentejo é acompanhado regularmente, monitorizado e avaliado pela Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, uma estrutura constituída por entidades que integram a Rede Social do concelho e por um conjunto de organizações públicas e privadas com intervenção na área das migrações.

O processo de monitorização centra-se na “verificação de desvios, positivos e negativos, entre o planeado e o executado, mantendo o enfoque nas mudanças produzidas (outcomes e impactos) sem, no entanto, deixar de recolher informações sobre as atividades realizadas e as medidas implementadas” (ACM & Logframe, 2015).

À Plataforma cabe, por isso, acompanhar a execução do PMIM, a afetação de recursos, a implementação das medidas e ações previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, com recurso a uma bateria de indicadores, produzindo relatórios semestrais de progresso com o objetivo de identificar eventuais desvios face ao planeamento, compreender as suas causas, reportá-los à entidade coordenadora e introduzir ajustamentos preventivos e corretivos em tempo útil.

Enquanto peça fundamental no quadro de uma efetiva agenda política baseada em resultados, o processo de avaliação do PMIM tem como objetivos aferir a eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade dos resultados alcançados, sendo produzido um relatório final que permita compreender os mesmos e identificar recomendações para o futuro.

3.4. Acompanhamento e modelo de governação

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes é coordenado pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.

Contudo, o modelo de coordenação pressupõe a colaboração e o envolvimento de um conjunto de entidades parceiras, pertencentes à Rede Social, como também de outras que atuam no domínio das migrações e que compõem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do PMIM, sendo uma peça fundamental para assegurar o seu desenvolvimento e execução.

Sendo esta a primeira oportunidade para uma atuação concertada no domínio do acolhimento e integração de migrantes, o modelo de governação pressupõe um acompanhamento de proximidade, que prime pela partilha, discussão e avaliação da execução do Plano.

Os resultados obtidos serão anualmente discutidos em sede de Conselho Local para a Ação Social, com apresentação de um relatório de monitorização e avaliação.

4. Glossário

Abordagem bottom-up É aquela que trabalha a partir de uma base alargada de pessoas ou agentes locais, recolhendo os contributos e opiniões dos atores e organizações interessadas ou influenciadas por determinada estratégia, decisão ou estudo ou que operem na mesma área temática de intervenção, independentemente do seu nível ou capacidade de decisão.

Ator Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Também designado por “interveniente” ou “agente”.

Autorização de residência Título que permite às pessoas estrangeiras permanecerem num determinado país durante um certo período de tempo ou por tempo indeterminado.

Autorização de trabalho Título que permite às pessoas estrangeiras exercerem uma atividade profissional num determinado país.

Demografia Estudo da população humana, em especial no que respeita ao tamanho e à densidade, à distribuição e à esperança de vida.

Dependentes Correntemente, corresponde a alguém que conta com o apoio de outrem. No contexto da migração, cônjuges ou crianças menores de idade são geralmente consideradas “dependentes”, mesmo que não o sejam financeiramente.

Diagnóstico Processo de analisar a situação, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise.

Discriminação Comportamento discriminatório ou abusivo em relação aos membros de outra raça. A discriminação racial corresponde a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou na origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, de direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Documentos de viagem Designação genérica utilizada que inclui todos os documentos que são prova aceitável de identidade para efeitos de entrada noutro país. O passaporte e o visto constituem o tipo de documento de viagem mais utilizado. Alguns Estados aceitam determinados documentos de identificação ou outros documentos.

Domicílio Sede jurídica de uma pessoa singular. Lugar onde a pessoa tem a sua residência habitual. Não tendo a pessoa residência habitual, será o lugar da sua residência ocasional ou, não sendo esta determinada, o local onde se encontrar.

Emigração Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que apenas em circunstâncias muito limitadas podem os Estados impor restrições ao direito de abandono do território.

Entrada Ingresso de uma pessoa estrangeira num outro país, que não o seu. Este ingresso pode ser voluntário ou involuntário, legal ou ilegal.

Estatuto de imigrante Estatuto conferido à pessoa migrante nos termos da lei de imigração do país de acolhimento.

Estrangeira e estrangeiro Pessoa que não é nacional de um determinado Estado. Pessoa que pertence a outro Estado.

Facilitação da migração Acolher ou incentivar a migração legítima, tornando as viagens mais cómodas e fáceis. A facilitação pode abranger quaisquer medidas, como, por exemplo, a uniformização do procedimento de requisição de vistos ou procedimentos de fiscalização de passageiros e passageiros eficazes e com a ajuda de pessoal competente.

Fluxo migratório Contagem do número de migrantes que se deslocam ou têm autorização para se deslocar para (ou de) um país a fim de ter acesso a um emprego ou fixar-se durante um determinado período de tempo.

- Focus group** Metodologia de pesquisa caracterizada pela reunião em grupo de um conjunto de pessoas que encetam um processo de discussão centrada sobre um tema específico.
- Gestão da migração** Termo que abrange diversas funções governamentais e um sistema nacional de gestão ordenada e humana para a migração além-fronteiras, concretamente a gestão da entrada e da presença de pessoas estrangeiras no interior das fronteiras do Estado e a proteção de pessoas refugiadas e de outras que necessitem de proteção.
- Grupos vulneráveis** Qualquer grupo ou sector da sociedade que é mais suscetível a práticas discriminatórias, à violência, a desastres naturais ou ambientais ou a dificuldades económicas do que outros grupos no seio do Estado. Qualquer grupo ou sector da sociedade (tais como mulheres, crianças ou pessoas idosas) que corre mais riscos em situações de conflito ou de crise.
- Imigração** Processo através do qual pessoas estrangeiras se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem.
- Imigrante permanente** Pessoa imigrante legalmente admitida, sendo-lhe permitido fixar-se no país de acolhimento, incluindo as pessoas que são admitidas para fins de reagrupamento familiar.
- Indicador** Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade.
- Integração** Processo através do qual a pessoa migrante é aceite na

sociedade, quer na sua qualidade de cidadã ou cidadão quer de membro de um grupo. As exigências específicas de aceitação por uma sociedade de acolhimento variam bastante de país para país e a responsabilidade pela integração não é de um grupo em particular, mas de vários atores: da própria pessoa migrante, do Governo de acolhimento, das instituições e da comunidade.

Intercultura Troca recíproca de relações culturais. Intercâmbio intelectual.

Legalização Ato de tornar lícito. Autorização ou justificação através de aprovação legal.

Legítimo De conformidade com a lei, legal, autêntico, verdadeiro. Por exemplo, uma pessoa migrante legal entra com a intenção legítima de se conformar às leis sobre migração e apresenta documentos de viagem legítimos.

Mediação Forma não vinculativa de resolução de litígios que envolve um terceiro elemento neutro que tenta ajudar as partes em litígio a chegar a uma solução mutuamente satisfatória.

Membro da família Designa a pessoa casada com a pessoa trabalhadora migrante ou que com ela mantém uma relação que, em virtude da legislação aplicável, produz efeitos equivalentes aos do casamento, bem como descendentes e outras pessoas a seu cargo, reconhecidas como familiares pela legislação aplicável ou por acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis entre os Estados

interessados.

Membro de uma minoria Pessoa que, sendo originária de outro país, se torna nacional do país de acolhimento, por nascimento ou naturalização.

Meta Quantidade, dimensão ou abrangência dos resultados, mudanças ou realizações previstas e desejadas. Poderá incluir a delimitação temporal dessas mudanças ou realizações.

Migração Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas. Inclui a migração de pessoas refugiadas, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e pessoas migrantes económicas.

Migração assistida Circulação de migrantes com o apoio de um Governo, de Governos ou de uma organização internacional, por oposição à migração espontânea e não assistida.

Migração de retorno Deslocação de pessoas que regressam ao seu país de origem ou de residência habitual, geralmente, depois de passarem pelo menos um ano noutro país. Este retorno pode ou não ser voluntário. A migração de retorno inclui o repatriamento voluntário.

Migração em massa Deslocação imprevista de um elevado número de pessoas.

Migração forçada Termo geral usado para caracterizar o movimento migratório em que existe um elemento de coação, nomeadamente ameaças à vida ou à sobrevivência, quer tenham origem em causas naturais quer em causas provocadas por pessoas.

Migração interna Circulação de pessoas de uma região do país para outra, com a finalidade ou o efeito de fixar nova residência. Este tipo de migração pode ser temporária ou permanente. A pessoa migrante interna desloca-se mas permanece dentro do seu país de origem.

Migração internacional Movimentos de pessoas que deixam os seus países de origem ou de residência habitual para se fixarem, permanente ou temporariamente, noutro país. Consequentemente, implica a transposição de fronteiras internacionais.

Migração laboral Movimento de pessoas do seu Estado para outro Estado com a finalidade de aí encontrar emprego. A migração laboral está regulada nas leis sobre migração da maioria dos Estados. Além disso, alguns Estados desempenham um papel ativo na regulação da migração laboral externa e procuram oportunidades no estrangeiro para as pessoas nacionais.

Migrante No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pela pessoa em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a

intervenção de fatores externos que a forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades das suas famílias.

Migrante irregular Alguém que, devido a uma entrada ilegal ou a um visto fora do prazo de validade, não tem estatuto legal no país de trânsito ou de acolhimento. O termo aplica-se a migrantes que infringem as normas de admissão de um país e a qualquer outra pessoa não autorizada a permanecer no país de acolhimento. Também designado por pessoa migrante clandestina/ilegal/indocumentada ou em situação irregular.

Minoria Apesar de não existir uma definição de direito internacional universalmente aceite, pode considerar-se que minoria é um grupo que é numericamente inferior à restante população de um Estado e que não está numa posição de domínio, cujos membros têm características étnicas, religiosas ou linguísticas que diferem das da restante população e que, embora apenas implicitamente, têm um sentimento de solidariedade no que respeita à preservação da sua cultura, tradições, religião e língua.

Nacional Pessoa que, através do nascimento ou da naturalização, é membro de uma comunidade política, devendo fidelidade a essa comunidade, gozando de toda a proteção e de todos os direitos civis e políticos. Membro de um Estado que tem direito a todos os seus privilégios. Pessoa que

goza da nacionalidade de um determinado Estado.

Nacional de país terceiro Corresponde, no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, a qualquer pessoa que não seja cidadã da União Europeia. Inclui apátridas e pessoas de nacionalidade indefinida.

Necessidade Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos interesses feita por terceiros.

Parceria Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros.

Planeamento Processo de programação de uma intervenção que articula um determinado conjunto de objetivos, resultados desejáveis e atividades, tendo em vista a realização de um dado objetivo, num determinado tempo, de modo a maximizar e racionalizar os recursos disponíveis. Materializa-se, por norma, em planos.

Racismo Construção ideológica que atribui a uma determinada raça ou grupo étnico uma posição de domínio sobre outros com fundamento em atributos físicos e culturais, bem como com fundamento no domínio económico e de controlo. O racismo pode ser definido como doutrina ou crença na superioridade racial. Esta definição inclui a crença de que a raça é fator determinante da inteligência, das características culturais e dos comportamentos

morais. O racismo compreende o preconceito e a discriminação raciais.

**Reagrupamento/
reunificação familiar** Processo pelo qual os membros da família, separados através da migração forçada ou voluntária, são reagrupados num país diferente do país de origem.

Recursos Meios – humanos, materiais ou financeiros – disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades ou determinados objetivos.

Reforço das capacidades Reforço de capacidades dos Governos e da sociedade civil pela consolidação dos seus conhecimentos, competências e atitudes. O reforço de capacidades pode assumir a forma de planeamento e elaboração de projetos substantivos e diretos em parceria com um Governo ou, noutras circunstâncias, pode assumir a forma de facilitação de agendas de diálogo para o desenvolvimento, bilaterais ou multilaterais, levadas a cabo pelas autoridades competentes. Em todos os casos, o reforço de capacidades tem como objetivo a conformação com marcadores aceitáveis de práticas de gestão.

Regularização Qualquer processo através do qual um país autoriza as pessoas estrangeiras em situação irregular a obter um estatuto legal no país. As práticas gerais incluem a concessão de uma amnistia (também conhecida por “legalização”) às pessoas estrangeiras que residiram no país em situação irregular por um determinado período de tempo e que não preencham qualquer outro fundamento de inadmissibilidade.

Requerente de asilo Pessoa que pretende ser admitida num país como refugiada e que aguarda uma decisão relativamente ao seu requerimento para obter esse estatuto segundo os instrumentos, internacionais e nacionais, competentes. Em caso de indeferimento, tem de abandonar o país e poderá ser expulsa, tal como qualquer pessoa estrangeira em situação irregular, exceto se for autorizada a permanecer por razões humanitárias ou outros fundamentos relacionados.

Retorno voluntário assistido Apoio logístico e financeiro facultado a pessoas requerentes de asilo rejeitadas, migrantes que foram objeto de tráfico, estudantes sem recursos, pessoas nacionais qualificadas e outras pessoas migrantes que não podem ou não querem permanecer no país de acolhimento e que regressam voluntariamente aos seus países de origem.

Stakeholder Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada iniciativa. Qualquer agente que possui um interesse no projeto: o grupo-alvo, a comunidade local, quem beneficia, a equipa de gestão do projeto, as organizações financiadoras, entre outros.

Trabalhador e trabalhadora sazonal Designa o trabalhador ou trabalhadora cuja atividade, pela sua natureza, depende de condições sazonais e só se realiza durante parte do ano.

Tráfico de pessoas Consiste no recrutamento, no transporte, na transferência, no alojamento ou no acolhimento de

peças, recorrendo à ameaça, ao uso da força ou a outras formas de coação, para fins de exploração.

Visto Aditamento feito no passaporte ou no certificado de identidade que indica que funcionária ou funcionário consular considerou, no momento da sua emissão, que a pessoa titular do mesmo se inseria na categoria de pessoas estrangeiras que são admissíveis, nos termos das normas internas do Estado. Um visto define os critérios de admissão num Estado.

Workshop Evento, sob a forma de sessão ou reunião de trabalho, em que um grupo de pessoas se reúne com o propósito, por exemplo, de analisar um assunto, debater um tema ou elaborar um documento. Tradicionalmente, o termo é utilizado quando se recorre a métodos e técnicas participativas ou ativas e o número de pessoas envolvidas no evento é relativamente reduzido.

Xenofobia No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de xenofobia, muito embora possa ser descrita como atitude, preconceito ou comportamento que rejeita, exclui e, frequentemente, diminui pessoas com base na perceção de que são estranhas ou estrangeiras relativamente à comunidade, à sociedade ou à identidade nacional. Existe uma relação estreita entre racismo e xenofobia, termos que são difíceis de distinguir.

5. Bibliografia

- ACIDI. (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: desafios e potencialidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- ACM & Logframe. (2015). *Guia para a conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- ACM. (07 de Maio de 2019). *Aviso 65/FAMI/2019*. Obtido de Alto Comissariado para as Migrações: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222893/FAMI+-+OE2-INTEGRA%C3%87%C3%83O+E+MIGRA%C3%87%C3%83O+LEGAL+-+OE2.ON2+Integra%C3%A7%C3%A3o.pdf/6d7d0f8a-2063-4229-be24-bfd56e64555e>
- Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glossário sobre migração*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações.
- PORDATA. (2015). *População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários*. Obtido em 24 de março de 2020, de Base de Dados de Portugal Contemporâneo:
<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-22>
- PORDATA. (2019a). *População residente: total e por grandes grupos etários*. Obtido em 24 de março de 2020, de Base de Dados Portugal Contemporâneo:
<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2019b). *População estrangeira com estatuto legal de residente por sexo*. Obtido em 24 de março de 2020, de Base de Dados Portugal Contemporâneo:
<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- PORDATA. (2019c). *População estrangeira com estatuto legal de residente em percentagem da população residente*. Obtido em 24 de março de 2020, de Base de Dados Portugal Contemporâneo:
<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

PORDATA. (2019d). *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*. Obtido em 24 de março de 2020, de Base de Dados Portugal Contemporâneo:

<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3a7%c3%a3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-101>

PORDATA. (2020). *Nados-vivos de mães residentes em Portugal: total e por nacionalidade da mãe*. Obtido em 05 de maio de 2020, de Base de Dados Portugal Contemporâneo:

<https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%3%a3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+nacionalidade+da+m%3%a3e-718>

Porto Editora. (2020). *Intercultura*. Obtido em 28 de junho de 2020, de Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intercultura>

Resolução do Conselho de Ministros nº12-B/2015. (2015). Plano Estratégico para as Migrações . *Diário da República, 1ª Série, nº 56/2015, 1654-(2) a 1654-(24)*.

Bibliografia adicional

Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glossário sobre migração*. Genebra: Organização Internacional para as Migrações.

Porto Editora. (2020). *Intercultura*. Obtido em 28 de junho de 2020, de Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/intercultura>

Anexos

Anexo I

Questionário do “Estudo de diagnóstico de caracterização da população imigrante, identificação dos seus problemas e dos seus contributos para as dinâmicas de desenvolvimento do município” (ACIDI, 2013)

G9. NÍVEL DE ENSINO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU/ COMPLETOU - Nenhum (1); Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola (2); Pré-escolar (3); Básico - 1º ciclo (4); Básico - 2º ciclo (5); Básico - 3º ciclo (6); Secundário (7); Médio/profissional (8); Bacharelato (9); Licenciatura (10); Mestrado (11); Doutoramento (12); Outro (13 - especificar) 14- Não responde; G9Qual-Outra									
G10. QUAL CONSIDERA SER O SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA? Muito Bom (1); Bom (2); Suficiente (3); Fraco (4); Nulo (5); 6= Não responde									
G11. QUAL O SEU PRINCIPAL MEIO DE VIDA? Trabalho (1); Rendimento Social de Inserção (2); Pensão/Reforma (3); Rendimentos de propriedade ou de empresa (4); Subsídio temporário de doença (5); Subsídio temporário de desemprego (6); Outros subsídios temporários (7); Apoio Social (8); A cargo da família (9); Biscates (10); Outra situação (11 - especificar qual) 12- Não responde; G11Qual-Outra									
G12. CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA? Activo com profissão (1); Desempregado (2 - referir tempo de desemprego); A procura do 1º emprego (3 - referir tempo); Doméstica (4); Reformado (5); Inválido/doença permanente (6); Estudante (7) 8- Não responde; G12.2tempo desemp ANOS; G12.3tempo procura 1ºemp ANOS									
G13. PROFISSÃO (no caso de desempregados ou reformados, indicara última profissão) - escrever com detalhe 2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão (Usar CNP-94 a 2 dígitos); 9999 Não aplicável									
G14. REGIME DE TRABALHO Permanente/ regular (1); Ocasional (2); Sazonal (3) 4= Não responde									
G15. SITUAÇÃO NA PROFISSÃO - Trabalhador por conta de outrem (1); Trabalhador por conta própria sem empregados (2); Trabalhador por conta própria com empregados (3); Trabalhador familiar não remunerado (4); Outra situação (5 - especificar); 6- Não responde; G15Qual-Outra									
G16. TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL (só para a situação 1 do nº anterior) - Contrato sem termo (1); Contrato com termo (2); Recibos verdes (3); Trabalho sem contrato (4); Outra situação (5 - referenciar qual) 6- Não responde; G16Qual-Outro									
G17. LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (geográfico) - No concelho onde reside (1); Noutro concelho (2 - indicar qual); No estrangeiro (3 - indicar país); 4- Não responde; G17.2 Código concelho (ver lista 1); G17.3 Código país (ver lista 2)									

G18. Para além dos elementos do seu agregado familiar, há mais pessoas a residir consigo?

Sim 1 G18.1 Quantas, no total?

G18.2 Quantas do país de origem do inquirido

Não 2

3= Não responde

Separador (folha excel) B- Alojamento

B - Caracterização do alojamento e condições de habitabilidade

G19. Qual o tipo de alojamento em que reside?

- Clássico (apartamento ou moradia) 1
Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.) 2
Barraca, casa rudimentar ou de madeira 3
Pensão ou residencial 4
Centro de acolhimento 5
Móvel (caravana ou outro) 6
Outrotipo (especificar) _____ 7

8= Não responde

G20. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é:

- Arrendado no mercado privado formal 1
Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas) 2
Público (arrendamento social) (que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar) 3
Subarrendado (partes de casa; quartos) 4
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado formal 5
Próprio (do qual é proprietário/a) - mercado informal/clandestino 6
Casa de amigos (não paga renda) 7
Outra situação (especificar) _____ 8

9= Não responde

G20.1 (apenas para aqueles que não possuem casa própria) Tenciona comprar casa em Portugal?

- Não 1
Ainda não pensou no assunto/não tem a certeza 2
Sim, mas nunca fez nenhuma diligência/prospecção de mercado 3
Sim, e já fez diligências nesse sentido 4

5= Não responde

G20.1.1 No concelho de residência actual

- Sim 1
Não 2

3= Não responde

G.21 N° de divisões do alojamento em que vive, excluindo cozinha e casa(s) de banho?

G22. O alojamento onde habita possui:

- G22.1 Casa de banho completa no interior da habitação (inst. sanit. e banho) 1= Sim; 2= Não
- G22.2 Abastecimento de água pela rede pública 1= Sim; 2= Não
- G22.3 Água quente 1= Sim; 2= Não
- G22.4 Aquecimento central ou proveniente de aquecedores móveis 1= Sim; 2= Não

G23. A família co-habitante dispõe de:

- G23.1 Telefone 1= Sim; 2= Não
- G23.2 Telemóvel 1= Sim; 2= Não
- G23.3 Máquina de lavar loiça 1= Sim; 2= Não
- G23.4 Máquina de lavar roupa 1= Sim; 2= Não
- G23.5 Microondas 1= Sim; 2= Não
- G23.6 Motorizada/Motociclo 1= Sim; 2= Não
- G23.7 Automóvel 1= Sim; 2= Não
- G23.8 Computador 1= Sim; 2= Não
- G23.9 TV por cabo ou antena parabólica 1= Sim; 2= Não
- G23.10 Internet em casa (acesso doméstico) 1= Sim; 2= Não

Separador C (folha excel) - Trajectória

C - Trajectória migratória e elementos complementares de caracterização do entrevistado(a)

G24. Diga a principal razão porque escolheu Portugal como país de residência? (indicar apenas o principal)

- Conhecimento da língua/proximidade cultural 1
- Ascendência portuguesa/família portuguesa 2
- Facilidade de entrada 3
- Quería estudar em Portugal/beneficiou de bolsa em Portugal 4
- Reagrupamento familiar 5

- Acompanhar os pais 6
- Queria utilizar o sistema de saúde português/abrigo de acordo de saúde 7
- Teve conhecimento de oportunidades de emprego em Portugal 8
- Outras razões (especificar) _____ 9
- 10= Não responde

G25. Qual foi a forma de imigração utilizada para chegar a Portugal?

- Sozinho(a), utilizando meios próprios ou familiares 1
- Em grupo, utilizando meios próprios ou familiares 2
- Com a família, utilizando meios próprios ou familiares 3
- Sozinho(a), com o auxílio de terceiros 4
- Em grupo, com o auxílio de terceiros 5
- Recrutamento feito por um empregador português 6
- Integrado numa empresa que veio desenvolver actividade em Portugal 7
- Outros casos (especificar) _____ 8
- 9= Não responde

G26. Teve de pagar a alguém/alguma organização para o “ajudar” a vir para Portugal (por organização não se entendem nem empresas formais de transporte, nem serviços públicos que atribuem vistos ou outros)?

- Sim 1
- Não 2

3= Não responde

G27. Viveu noutra país diferente do seu país de origem antes de se instalar em Portugal?

- Sim 1 G27.1 Qual?__Código País (ver lista 2) _____
- Não 2 G27.2 Por quanto tempo? _____ Em ANOS _____

3= Não responde

G28. Porque motivo deixou o seu país de origem e, apenas no caso de ter residido noutra país antes de vir para Portugal, porque o deixou também? (Indique apenas o principal motivo - assinalar com uma cruz)

	País de origem G28.1	Último país de residência antes de vir para Portugal (se diferente do país de origem) G28.2
Motivos económicos/emprego	1	1
Reunir-se à família	2	2
Acompanhar os pais	3	3
Estudar	4	4
Motivos políticos	5	5
Razões de saúde	6	6
Outros motivos	(especificar) G28.1Outro, G28.2Outro	7

8= Não responde

G29. Quais os principais motivos que estão na origem da opção pela residência neste concelho?
(indique apenas os 2 motivos principais)

- G29.1 Local onde encontrou emprego 1= Sim; 2= Não
- G29.2 Boa qualidade do ambiente “natural” (clima, paisagem, etc.) 1= Sim; 2= Não
- G29.3 Boa imagem dos habitantes e do ambiente social 1= Sim; 2= Não
- G29.4 Bons acessos viários/acessibilidade 1= Sim; 2= Não
- G29.5 Local de residência de muitos imigrantes provenientes da mesma origem 1= Sim; 2= Não
- G29.6 Proximidade face a familiares ou amigos 1= Sim; 2= Não
- G29.7 Preços mais baixos na habitação 1= Sim; 2= Não
- G29.8 Nível de vida mais acessível 1= Sim; 2= Não
- G29.9 Qualidade mais elevada nas habitações existentes 1= Sim; 2= Não
- G29.10 Pelos serviços e comércio que oferece 1= Sim; 2= Não
- G29.11 Outro motivo. Qual? _____ G29.11 Outro _____ 1= Sim; 2= Não

G30. Com que documento entrou em Portugal?

- Apenas Passaporte (sem qualquer visto) 1
- Visto de "turista" 2
- Visto de trabalho ou equivalente 3
- Visto de estudo ou equivalente 4
- Visto de estada temporária ou equivalente 5
- Outras situações (especificar) __G30Outro_____ 6

7= Não responde

G31. Tem a sua situação regularizada em Portugal?

1. Sim 1 G31.1 Quando a regularizou? G31.1.1 Mês G31.1.2 Ano
2. Aguarda decisão dos serviços 2

G31.2 Que documentos lhe faltam? _____

3. Não 3

4= Não responde

G31.3 (Apenas para aqueles que não possuem a nacionalidade portuguesa) Pretende obter a nacionalidade portuguesa?

- Sim 1
- Não 2

3= Não responde

G32. Qual foi o seu último emprego no país de origem? _____ Código profissões (2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão - usar CNP-94 a 2 dígitos);

G33. Quantos empregos já teve em Portugal?

G34. Qual foi o seu primeiro emprego em Portugal? _____ Código Profissões (2 colunas, a 1ª com nome da profissão e a 2ª com Código profissão - Usar CNP-94 a 2 dígitos);

G35. Como obteve o 1º emprego em Portugal?

- Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico 1
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem 2
Através de patrão português 3
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica 4
Através de patrão imigrante de outra origem étnica 5
Através de amigos/conhecidos portugueses 6
Resposta a anúncio 7
Serviços de emprego 8
Criação do próprio emprego 9
Outras formas 10 especificar _____
G35 Outro _____

11= Não responde

G36. Como obteve o emprego que possui actualmente?

- Através de familiares/amigos do mesmo grupo étnico 1
Através do “recrutador”/“angariador” no país de origem 2
Através de patrão português 3
Através de patrão imigrante da mesma origem étnica 4
Através de patrão imigrante de outra origem étnica 5
Através de amigos/conhecidos portugueses 6
Resposta a anúncio 7
Serviços de emprego 8
Criação do próprio emprego 9
Outras formas 10 especificar _____
G36 Outro _____

11= Não responde

G37. Desde que vive em Portugal, já alguma vez trabalhou alguma temporada no estrangeiro?

- Sim 1
Não 2

3= Não responde

G37.1 Quantas vezes?

G37.2 Onde (países)

(G37.2.1 1ºPaís; G37.2.2 2º País, caso exista)

Código Países (Ver lista 2)_

G37.3 Quando (indicar ano) ?

(G37.3.1 Ano ocorrência 1º País;

G37.3.2 Ano ocorrência 2º País, caso exista)_____Ano da ocorrência_____

Separador D (folha excel) - Integração

D - Processo de integração em Portugal

G38. Quando chegou a Portugal, qual o grau de dificuldade que sentiu face aos seguintes aspectos? (Gradue a resposta de 1 - nada difícil - a 5 - muito difícil - pondo uma argola à volta dos números que escolher)

	Nada difícil				Muito difícil
G38.1 Não conhecer ninguém/solidão	1	2	3	4	5
G38.2 Clima	1	2	3	4	5
G38.3 Língua	1	2	3	4	5
G38.4 Saúde	1	2	3	4	5
G38.5 Regularização/legalização	1	2	3	4	5
G38.6 Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	1	2	3	4	5
G38.7 Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	1	2	3	4	5
G38.8 Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	1	2	3	4	5
G38.9 Integração na escola/sucesso escolar	1	2	3	4	5
G38.10 Equivalências escolares	1	2	3	4	5
G38.11 Habitação (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G38.12 Transportes (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G38.13 Comportamento/atitudes dos portugueses (termos gerais)	1	2	3	4	5
G38.14 Discriminação/racismo	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

G39. E actualmente, qual o grau de dificuldade que associa aos mesmos aspectos? (Gradue a resposta de 1 - nada difícil - a 5 - muito difícil - pondo uma argola à volta dos números que escolher)

	Nada difícil				Muito difícil
G39.1 Não conhecer ninguém/solidão	1	2	3	4	5
G39.2 Clima	1	2	3	4	5
G39.3 Língua	1	2	3	4	5
G39.4 Saúde	1	2	3	4	5
G39.5 Regularização/legalização	1	2	3	4	5

G39.6 Obtenção de documentos/burocracia dos serviços portugueses	1	2	3	4	5
G39.7 Integração no mercado de trabalho (em termos gerais)	1	2	3	4	5
G39.8 Obtenção de profissão correspondente às habilitações e experiência	1	2	3	4	5
G39.9 Integração na escola/sucesso escolar	1	2	3	4	5
G39.10 Equivalências escolares	1	2	3	4	5
G39.11 Habitação (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G39.12 Transportes (acesso e custo)	1	2	3	4	5
G39.13 Comportamento/atitude dos portugueses (termos gerais)	1	2	3	4	5
G39.14 Discriminação/racismo	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

G40. Tem carta de condução válida em Portugal?

Sim 1

Não 2

3= Não responde

G41. Costuma exercer o direito de voto nas eleições locais do município?

Sim 1

Não 2

Não se aplica (menor de 18 anos ou estrangeiro sem direito formal de voto) 3

4= Não responde

G42. Faz parte de alguma associação ou grupo?

Sim 1

Não 2

3= Não responde

G42.1 De que tipo?

G42.1.1 Associação local de imigrantes do país de origem 1= Sim; 2= Não

Indicar qual?
G42.1.1Qual

G42.1.2 Outro tipo de associação local (clube recreativo e desportivo, etc.) 1= Sim; 2= Não

Indicar qual?
G42.1.2Qual

G42.1.3 Associação de pais 1= Sim; 2= Não

- G42.1.4 Sindicato 1= Sim; 2= Não
- G42.1.5 Partido ou organização política 1= Sim; 2= Não
- G42.1.6 Outro tipo de associação 1= Sim; 2= Não Indicar qual? G42.1.6Qual

G43. Em que língua ou línguas fala habitualmente em casa?

- Língua nº 1 ___G43.1_____ Ver lista de códigos 3
- Língua nº 2 ___G43.2_____ Ver lista de códigos 3
- Língua nº 3 ___G43.3_____ Ver lista de códigos 3

G44. Já alguma vez frequentou ou frequenta um curso de língua portuguesa:

- Sim, já frequentei e conclui 1 Qual?__G44.1_____
- Sim, já frequentei e não conclui 2 Qual?__G44.2_____
- Sim, estou a frequentar neste momento 3 Qual?__G44.3_____
- Não, nunca frequentei porque não tive oportunidade 4
- Não, nunca frequentei, porque nunca senti necessidade 5
- 6= Não responde

G45. Para que um imigrante se sinta bem integrado em Portugal acha que é importante: (Gradue a resposta de 1 a 5 pondo uma argola à volta dos números que escolher)

	Nada importante				Muito importante
	1	2	3	4	5
G45.1 Ter família em Portugal	1	2	3	4	5
G45.2 Ter amigos portugueses	1	2	3	4	5
G45.3 Ter os seus filhos na escola	1	2	3	4	5
G45.4 Falar bem português	1	2	3	4	5
G45.5 Estar empregado	1	2	3	4	5
G45.6 Teros mesmos comportamentos e hábitos culturais do que os portugueses	1	2	3	4	5
G45.7 Conseguir comprar uma casa em Portugal	1	2	3	4	5
G45.8 Ter carro	1	2	3	4	5
G45.9 Obter nacionalidade portuguesa	1	2	3	4	5

Em todas as linhas, 6= Não responde

G46. Em Portugal, os seus amigos(as) são sobretudo (pode escolher, no máximo, duas opções):

- | | |
|---|---|
| G46.1 Imigrantes da mesma nacionalidade | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.2 Imigrantes de outras nacionalidades que são seus vizinhos | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.3 Portugueses que conheceu no trabalho | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.4 Portugueses que são seus vizinhos | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.5 Portugueses que conheceu noutros locais | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |
| G46.6 Familiares | <input type="checkbox"/> 1= Sim; 2= Não |

G47. Se precisasse de ajuda de emergência a quem iria recorrer em primeiro lugar:

- | | |
|--|--------------------------|
| Amigos Imigrantes | <input type="radio"/> 1 |
| Amigos Portugueses | <input type="radio"/> 2 |
| Colegas de trabalho | <input type="radio"/> 3 |
| Vizinhos imigrantes | <input type="radio"/> 4 |
| Vizinhos portugueses | <input type="radio"/> 5 |
| Familiares instalados em Portugal | <input type="radio"/> 6 |
| Familiares residentes no estrangeiro | <input type="radio"/> 7 |
| Serviços Públicos portugueses | <input type="radio"/> 8 |
| Serviços Públicos do país de origem | <input type="radio"/> 9 |
| Instituições Religiosas | <input type="radio"/> 10 |
| Associações privadas/IPSS's sem carácter religioso | <input type="radio"/> 11 |

12= Não responde

G48. Qual é a sua religião?

- | | |
|-------------------------------|-------------------------|
| Sem religião (ateu/agnóstico) | <input type="radio"/> 1 |
| Católica | <input type="radio"/> 2 |
| Judaica | <input type="radio"/> 3 |
| Ortodoxa | <input type="radio"/> 4 |
| Islâmica | <input type="radio"/> 5 |
| Protestante Evangélica | <input type="radio"/> 6 |
| Hindu | <input type="radio"/> 7 |

Outra religião

O 8

Qual? _____ G48 Qual _____

9= Não responde

G49. Com que frequência efectua as seguintes práticas:

	Todos os dias	Todas as semanas	De vez em quando	Raramente	Nunca
G49.1 1. Comer comida "típica" do país de origem	1	2	3	4	5
G49.2 2. Comprar produtos "típicos" do país de origem					
G49.3 3. Ouvir música do país de origem					
G49.4 4. Ouvir música portuguesa					
G49.5 5. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas do país de origem					
G49.6 6. Ir a bailes/festas organizados por associações e pessoas portuguesas					
G49.7 7. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas do país de origem					
G49.8 8. Ir a actividades culturais (projectão de filmes, leitura de poesia, concertos, etc...) organizados por associações e pessoas portuguesas					
G49.9 9. Ver canais de televisão do país de origem					
G49.10 10. Ver canais de televisão portugueses					
G49.11 11. Ouvir programas de rádio para ou das comunidades imigradas					
G49.12 12. Ler jornais/revistas portugueses					
G49.13 13. Ler jornais/revistas do país de origem					
G49.14 14. Ler jornais/revistas do país de origem feitos em Portugal					
G49.15 15. Consultar sites do país de origem na internet					
G49.16 16. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas do país de origem					
G49.17 17. Participar em actividades desportivas organizadas por associações ou pessoas portuguesas					
G49.18 18. Usar vestuário tradicional do país de origem					
G49.19 19. Ir ao café					
G49.20 20. Praticar actividades religiosas ministradas pela Igreja Católica Portuguesa					
G49.21 21. Praticar actividades religiosas ministradas por outras igrejas					

Em todas as linhas, 6= Não responde

G50. Da seguinte lista de instituições, reftra aquelas que conhece, e/ou aquelas que já utilizou e o modo como avalia os serviços prestados (ou que sabe que prestam):

	Conhece (assinalar com X) 1=Sim; 2=Não, 3= Não responde	Frequentou/ recorreu aos seus serviços (assinalar com X) 1=Sim; 2=Não, 3= Não responde	Como avalia o trabalho que aí lhe foi prestado? Muito bom (1); Bom (2); Razoável (3); Deficiente (4); Muito deficiente (5); 6= Não responde	Explicitar maior deficiência ou efectuar sugestão (se desejar - facultativo)
1. Câmara Municipal	G50.1.1	G50.1.2	G50.1.3	G50.1.4
2. Junta de Freguesia	G50.2.1	G50.2.2	G50.2.3	G50.2.4
3. CLAll do município	G50.3.1	G50.3.2	G50.3.3	G50.3.4
4. Serviço de estrangeiros e Fronteiras	G50.4.1	G50.4.2	G50.4.3	G50.4.4
5. ACIDI (CNAI ou outros serviços)	G50.5.1	G50.5.2	G50.5.3	G50.5.4
6. Segurança Social	G50.6.1	G50.6.2	G50.6.3	G50.6.4
7. Polícia (GNR ou PSP, conforme o município)	G50.7.1	G50.7.2	G50.7.3	G50.7.4
8. Repartição de Finanças	G50.8.1	G50.8.2	G50.8.3	G50.8.4
9. Centro de Emprego	G50.9.1	G50.9.2	G50.9.3	G50.9.4
10. Centro de saúde	G50.10.1	G50.10.2	G50.10.3	G50.10.4
11. Bancos	G50.11.1	G50.11.2	G50.11.3	G50.11.4
12. Transportes colectivos no município	G50.12.1	G50.12.2	G50.12.3	G50.12.4
13. Centro de Saúde (Repetido=10)	G50.13.1	G50.13.2	G50.13.3	G50.13.4
14. Biblioteca Municipal	G50.14.1	G50.14.2	G50.14.3	G50.14.4
15. Escola (referir qual) G50.15 Qual	G50.15.1	G50.15.2	G50.15.3	G50.15.4
16. Universidade/instituição de ensino superior (referir qual) G50.16 Qual	G50.16.1	G50.16.2	G50.16.3	G50.16.4
17. Embaixada(Consulado (referir qual) G50.17 Qual	G50.17.1	G50.17.2	G50.17.3	G50.17.4
18. Associação Local de Imigrantes	G50.18.1	G50.18.2	G50.18.3	G50.18.4

G51. De uma maneira geral, como considera o seu nível de integração em Portugal?

- Plenamente/muitíssimo integrado 1
- Muito integrado 2
- Integrado 3
- Pouco integrado 4
- Nada integrado 5
- 6= Não responde**

Separador E (folha excel) - Percepção

E - Percepção sobre situações de discriminação em Portugal

G52. Já alguma vez se sentiu discriminado(a) por motivos raciais ou étnicos em Portugal?

Sim 1

Não 2 (passe para a questão 54)

3= Não responde

G53. Em que situações já se sentiu ou se sente discriminado(a)?

G53.1 Num serviço público (Segurança Social, Organização de apoio aos imigrantes) 1= Sim; 2= Não

G53.2 Num Banco/organismo de concessão de crédito 1= Sim; 2= Não

G53.3 Numa entrevista de emprego 1= Sim; 2= Não

G53.4 No arrendamento de uma casa/quarto 1= Sim; 2= Não

G53.5 Nos transportes públicos 1= Sim; 2= Não

G53.6 Quando utilizou táxis 1= Sim; 2= Não

G53.7 Quando fazia compras num Supermercado ou loja 1= Sim; 2= Não

G53.8 Num café, restaurante ou serviço similar 1= Sim; 2= Não

G53.9 No trabalho 1= Sim; 2= Não

G53.10 Na escola 1= Sim; 2= Não

G53.11 Outras situações (especificar) _____
G53.11 Qual _____ 1= Sim; 2= Não

G53.1 (Apenas para aqueles que já se sentiram discriminados no mercado de trabalho) Quem efectuou a discriminação?

A entidade patronal 1= Sim; 2= Não

Os colegas de trabalho 1= Sim; 2= Não

Os clientes 1= Sim; 2= Não

G53.2 (Apenas para aqueles que já se sentiram discriminados na escola) Quem efectuou a discriminação?

Os professores 1= Sim; 2= Não

Os colegas 1= Sim; 2= Não

Os funcionários não docentes 1= Sim; 2= Não

G54. Considera que os imigrantes, de uma maneira geral, são discriminados em Portugal?

Sim, muitas vezes 1

Sim, algumas vezes 2

Não 3

4= Não responde

Separador F (folha excel) - Relações Origem

F - Relações com o país de origem

G55. Desde que se encontra em Portugal já regressou ao seu país de origem?

Sim 1 Quantas vezes? G55.1

Não 2 Porquê? _____ G55.2 _____

3= Não responde

G56. Se respondeu sim na questão anterior, diga por que motivos?

G56.1 Acontecimentos familiares (casamentos, funerais, outros) 1= Sim; 2= Não

G56.2 Tratar de assuntos familiares 1= Sim; 2= Não

G56.3 Levar/trazer bens 1= Sim; 2= Não

G56.4 Negócios 1= Sim; 2= Não

G56.5 Passar férias 1= Sim; 2= Não

G56.6 Tratar de documentos 1= Sim; 2= Não

G56.7 Outros Quais? _____ G56.7Quais _____ 1= Sim; 2= Não

G57. Tem familiares dependentes no seu país de origem?

Sim 1

Não 2 (passe para a questão 54)

3= Não responde

G57.1 Filhos 1= Sim; 2= Não G57.1.1 Quantos

G57.2 Pais/Sogros 1= Sim; 2= Não G57.2.1 Quantos

G57.3 Cônjuge 1= Sim; 2= Não

G57.4 Irmãos 1= Sim; 2= Não G57.4.1 Quantos

G57.5 Outros 1= Sim; 2= Não G57.5.1 Quantos Quem?_____G57.5 Quem

G58. Pretende trazer familiares do seu país de origem?

Sim 1 Quem?_____G58.1 Quem

Não 2

3= Não responde

G59. Costuma enviar remessas em dinheiro para o seu país de origem?

Sim 1

Não 2

3= Não responde

G59.1 Qual o valor médio mensal aproximado das remessas que efectua?

Até €50 1

€51-€100 2

€101-€250 3

€251-€500 4

€501-€1000 5

Mais de €1000 6

7= Não responde

G60. Gostaria de ir residir para outro país?

Não 1

Sim, para o país de origem 2

G60.1 Tem ideia de quando pretende regressar? Só preenchida em ANOS

Daqui a anos ou meses

Sim, para outro país 3

G60.2 Que país ou países? _____

Código Países (ver Lista 2) _____

4= Não responde

Anexo II

Grelha de identificação e caracterização de stakeholders

GRELHA DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE STAKEHOLDERS

ENTIDADE (identificação e missão)
Forma como é afetada pelo fenómeno da migração
Capacidade/recursos e motivação para a intervenção
Ações possíveis para ir ao encontro dos interesses/necessidades
OBJETIVO <i>Caracterizar detalhadamente a forma como aborda os problemas e que capacidades e motivações tem para a ação.</i>